



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MINISTERIO DA INFRAESTRUTURA
SECRETARIA NACIONAL DE TRANSITO



CARTEIRA NACIONAL DE HABILITAÇÃO / DRIVER LICENSE / PERMISO DE CONDUCCIÓN

2 e 1 NOME E SOBRENOME
LIGIA MACEDO DE PAULA

1ª HABILITAÇÃO
24/11/2004

3 DATA, LOCAL E UF DE NASCIMENTO
[REDACTED] BELO HORIZONTE/MG

4a DATA EMISSÃO
26/10/2023

4b VALIDADE
18/08/2033

ACC

D

4c DOC. IDENTIDADE / ORG. EMISSOR / UF
[REDACTED] SSP MG

4d CPF

5 Nº REGISTRO
03436374644

9 CAT. HAB.
B

NACIONALIDADE
BRASILEIRO

FILIAÇÃO
SERGIO DE PAULA

CLARA MARIA MACEDO DE PAULA



VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

2701189215



ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL

CONSELHO SECCIONAL DE MINAS GERAIS
IDENTIDADE DE ADVOGADO

NOME

LIGIA MACEDO DE PAULA

FILIAÇÃO

SERGIO DE PAULA
CLARA MARIA MACEDO DE PAULA

NATURALIDADE

BELO HORIZONTE-MG

RG

[REDACTED]

DOADOR DE ÓRGÃOS E TECIDOS

NÃO

DATA DE NASCIMENTO

[REDACTED]

CPF

[REDACTED]

VIA

EXPEDIDO EM

00

05/08/2009

RAIMUNDO CÂNDIDO JÚNIOR

PRESIDENTE

INSCRIÇÃO:

119890



GD



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal

CPF

Cadastro de Pessoas Físicas

Número de Inscrição

071.208.015-35

Nome

LIGIA MACEDO DE PAULA

Nascimento

24/07/1994



Assembléia Geral Ordinária para Eleição da Diretoria do Sindicato do Comércio Varejista de Derivados de Petróleo no Estado de Minas Gerais – MINASPETRO. Mandato de 2022 a 2026.



ATA GERAL DE ELEIÇÃO.

Aos onze dias do mês de março de 2022, na sede do Sindicato do Comercio Varejista de Derivados de Petróleo no Estado de Minas Gerais – MINASPETRO, o Dr. **Breno Trajano dos Santos**, presidente da Comissão Eleitoral, e o Sr. **Sebastião Victor de Sá Neto**, presidente da Mesa Receptora/Apuradora nas eleições da aludida Entidade, ambos designados pelo MINASPETRO, conforme Estatuto do Sindicato, e acordado entre as Chapas concorrentes, instalaram os trabalhos, para continuação da eleição iniciada na “AGO” realizada em 04 de março de 2022. Foi designado como outro mesário o Sr. **Paulo Walter Daibert Neto**. Também compuseram a Comissão Eleitoral os Srs. **Juvenal Cabral Nunes Júnior** e **Pedro Henrique Cardoso Furtado**. Os trabalhos de votação do pleito iniciaram às 08:00 horas e terminaram às 18:00 horas, funcionando a mesa receptora/apuradora e a Comissão Eleitoral. As correspondências dos associados do interior foram retiradas da Caixa Postal no Correio de Belo Horizonte pelos fiscais Cássia Barbosa Soares (Chapa 1) e Paulo Henrique Carvalho Meira Passos (Chapa 2). Após a contabilização da correspondência pelos fiscais, os envelopes foram lacrados em uma caixa e levados até a sede da Minaspetro. Na presença dos fiscais das chapas e seus respectivos advogados, a caixa com os envelopes dos associados do interior foi aberta. As correspondências foram abertas e as cédulas em envelopes amarelos lacrados foram colocados na urna após conferência. A Mesa Receptora/Apuradora e a Comissão Eleitoral verificaram as condições de voto dos eleitores que votaram presencialmente e por correspondência. Após a verificação da condição de voto dos associados, votaram presencialmente 17 (dezesete) associados da capital. Os associados do interior enviaram 83 (oitenta e três) cartas válidas com suas cédula e 1 carta inválida, sem voto. Os votos e correspondências válidas foram contabilizados. Na reunião da “AGO” ocorrida em 04 de março de 2022 foram contabilizados 129 (cento e vinte nove) votos dos associados da capital que votaram presencialmente, 771 (setecentos e setenta e uma) cartas válidas recebidas por correspondência e 14 (quatorze) envelopes amarelos lacrados de associados do interior do Estado que foram entregues presencialmente, conforme autorizado em ata. Nas duas reuniões das “AGO’s”, as cartas válidas recebidas por correspondência e os votos presenciais totalizaram **1.014 (hum mil e quatorze)**. A urna devidamente lacrada fora aberta na presença dos representantes das chapas, seus respectivos fiscais e advogados, da Comissão Eleitoral e da Mesa Apuradora/Receptora. **Iniciada a**

Sindicato do Comércio Varejista de Derivados de Petróleo no Estado de Minas Gerais
Rua Amoroso Costa, 144 - Santa Lúcia - Belo Horizonte - Minas Gerais
Cep: 30350-570 – Tel.: (31) 3400-6500 – 0800 005 6500 (interior de MG)
Fax: (31) 2400-6530

apuração, foram apurados 1012(hum mil e doze) votos válidos (dois envelopes amarelos não tinham cédulas.), sendo 714 (setecentos e quatorze) atribuídos à Chapa 1 e 298 (duzentos e noventa e oito) atribuídos à Chapa 2. Houve recontagem dos votos e o resultado manteve-se inalterado. Foram assim proclamados eleitos os candidatos integrantes da Chapa 1, que são os seguintes: Presidente: Rafael Milagres Macedo Pereira; 1º Vice Presidente: Paulo Miranda Soares; 2º Vice Presidente: Ricardo Pires Lage; 1º Secretário: Carlos Eduardo Mendes Guimarães Júnior; 2º Secretário: Artur Henrique Ferreira Pedrosa; 1º Tesoureiro: Fábio Vasconcellos Moreira; 2º Tesoureiro: Flávio Eduardo de Rezende; DIRETORES DE ÁREAS ESPECÍFICAS – Relações Trabalhistas: Maurício da Silva Vieira; Postos de Rodovias: Pedro Moreira Guedes; Postos Próprios de Distribuidoras: Flávio Marcus Pereira Lara; Relações Ambientais: Felipe Campos Bretas; DIRETORES REGIONAIS – Caratinga: Astulho Tavares de Alcântara; Contagem: Leonardo Lemos Silveira; Divinópolis: Diogo Valadão dos Santos; Governador Valadares: Rubens Perini; Ipatinga: Marco Antônio Alves de Magalhães; João Monlevade: Thailor Berchmans Fonseca Teixeira; Juiz de Fora: Leonardo Assis Mascarenhas; Lavras: Marcos Abdo Sâmia; Montes Claros: Gildeon Gonçalves Durães; Paracatu: Daniel Almeida Kilson; Passos: Reinaldo Vaz Ribeiro; Patos de Minas: Moisés Elmo Pinheiro; Poços de Caldas: Renato Barbosa Mantovani Filho; Pouso Alegre: Luiz Anselmo Rigotti; Sete Lagoas: Sérgio José do Carmo; Teófilo Otoni: Leandro Lorentz Lamêgo; Ubá: Waltenir Fagundes Lima; Uberaba: Ivan Biondi Dias; Uberlândia: Alexander Gervasio Neves; Varginha: Ronaldo Rezende; CONSELHO FISCAL – Membros Efetivos: Fernando Antônio de Azevedo Ramos, Humberto Carvalho Riegert e Fábio Croso Soares; Membros Suplentes: Wagner Carvalho Villanuêva, Paulo Eduardo Rocha Machado e José Eustáquio Magalhães Elias; DIRETORES ADJUNTOS: Flávio Augusto Diniz Pereira, Ademyr Eger e Bruno Henrique Leite Almeida Alves. Os Trabalhos transcorreram em ordem. Cumpridas assim as formalidades legais e concluídos os trabalhos às 19:00 horas. Foi lavrada a presente ata que, lida e aprovada, foi assinada pelo Presidente do Minaspetro, Carlos Eduardo Mendes Guimarães Júnior, pelos candidatos das Chapas 1 e 2, pelos procuradores do Minaspetro e da Chapa 2, pelos membros das Comissões Eleitoral e Apuradora e pelos fiscais das chapas.


Belo Horizonte, 11 de Março de 2022.



CARLOS EDUARDO MENDES GUIMARÃES JÚNIOR
PRESIDENTE – MINASPETRO.


SEBASTIÃO VICTOR DE SÁ NETO
PRESIDENTE DA COMISSÃO APURADORA


RENATA C. DE BARROS WALLER
ASSESSORA JURÍDICA DO MINASPETRO


RAIMUNDO CÂNDIDO NETO
REPRESENTANTE DA CHAPA 2


PEDRO HENRIQUE C. FURTADO
COMISSÃO APURADORA


PAULO WALTER DAIBERT NETO
COMISSÃO APURADORA

BRENO TRAJANO DOS SANTOS
PRESIDENTE COMISSÃO ELEITORAL

JUVENAL CABRAL NUNES JÚNIOR
MEMBRO COMISSÃO ELEITORAL

PEDRO HENRIQUE C. FURTADO
MEMBRO COMISSÃO ELEITORAL

FÁBIO CROSO SOARES
FISCAL DA APURAÇÃO

MARCELA APARECIDA DE SOUZA SIQUEIRA
FISCAL DE APURAÇÃO

GUILHERME FROES STORINO
CANDIDATO DA CHAPA 2

RAFAEL MILAGRES MACEDO PEREIRA
CANDIDATO DA CHAPA 1

RCPJBH Av. Afonso Pena, 732 - 2º Andar - B.H / MG - Tel.: (31) 3224-3878 | (31) 3224-3003
www.rcpjbh.com.br - sac@rcpjbh.com.br

SINDICATO DO COMÉRCIO VAREJISTA DE DERIVADOS DE PETRÓLEO NO ESTADO DE MINAS GERAIS - MINASPETRO

AVERBADO(A) sob o nº 257, no registro 77082, no Livro A, em 05/05/2022

Belo Horizonte, 05/05/2022

Emol: (6418-8) R\$ 133.32 TFJ: R\$ 48.05 Rec: R\$ 8.00 Iss: 6.67 - Total: R\$ 196.04
Emol: (8101-8) R\$ 23.82 TFJ: R\$ 7.92 Rec: R\$ 1.44 Iss: 1.70 - Total: R\$ 34.38

() José Nadi Néri - Oficial () Ana Paula Néri Silveira - Escrevente Substituta
Escreventes: (x) Anibal Skackauskas Dias Da Silva () Eden Silva Pinto De Carvalho

RCPJBH Av. Afonso Pena, 732 - 2º Andar - B.H / MG - Tel.: (31) 3224-3878 | (31) 3224-3003
www.rcpjbh.com.br - sac@rcpjbh.com.br

SINDICATO DO COMÉRCIO VAREJISTA DE DERIVADOS DE PETRÓLEO NO ESTADO DE MINAS GERAIS - MINASPETRO

AVERBAÇÃO nº 257, no registro 77082, no Livro A, Examinada, Conferida e qualificada.

Belo Horizonte, 05/05/2022

Emol: (6601-9) R\$ 21.87 TFJ: R\$ 6.70 Rec: R\$ 1.31 Iss: 1.09 - Total: R\$ 30.97

() José Nadi Néri - Oficial () Ana Paula Néri Silveira - Escrevente Substituta
Escreventes: (x) Anibal Skackauskas Dias Da Silva () Eden Silva Pinto De Carvalho

PODER JUDICIÁRIO - TJMG
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA
Registro Civil das Pessoas Jurídicas de Belo Horizonte - MG

Selo Eletrônico Nº **FPY08197**
Cód. Seg.: **5581.4941.1532.7864**
Quantidade de Atos Praticados: **00004**

Atos(s) Praticado(s) por: **José Nadi Néri - Oficial**
Emol: R\$ 166.58 TFJ: R\$ 55.97 Total: R\$ 222.55 ISS: R\$ 7.87
Consulta a validade deste Selo no site <https://selos.tjmg.jus.br>

PODER JUDICIÁRIO - TJMG
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA
Registro Civil das Pessoas Jurídicas de Belo Horizonte - MG

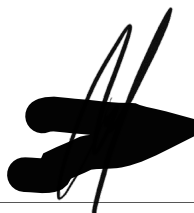
Selo Eletrônico Nº **FPY08201**
Cód. Seg.: **3716.0365.8800.3155**
Quantidade de Atos Praticados: **00001**

Atos(s) Praticado(s) por: **Valdirene Teixeira - Auxiliar**
Emol: R\$ 23.18 TFJ: R\$ 6.70 Total: R\$ 29.88 ISS: R\$ 1.09
Consulta a validade deste Selo no site <https://selos.tjmg.jus.br>

Sindicato do Comércio Varejista de Derivados de Petróleo no Estado de Minas Gerais
Rua Amoroso Costa, 144 - Santa Lúcia - Belo Horizonte - Minas Gerais
Cep: 30350-570 - Tel.: (31) 2108.6500 - 0800 005 6500 (interior de MG)
Fax: (31) 2108.6530


Pelo presente, requeremos habilitação da entidade e designamos o representante*¹ acima qualificado para concorrer à vaga de membro do Conselho Municipal do Meio Ambiente, nos termos do Edital de Convocação SMMA nº 002/2025.

Belo Horizonte, 30/10/2025



Rafael Macedo
presidente do Minaspetro

Assinatura do representante legal da entidade
(Rafael Milagres Macedo Pereira)

Documento assinado digitalmente
 LIGIA MACEDO DE PAULA
Verifique em <https://valida.gov.br>

Assinatura do Candidato
(Ligia Macedo de Paula)

¹ * Em consonância com a adesão do Município à plataforma “Cidade 50-50: todos e todas pela igualdade”, da Organização das Nações Unidas – ONU, e com o comprometimento com políticas públicas que promovam a igualdade e a defesa dos direitos humanos, estimula-se que as representações observem a paridade de gênero, bem como a inclusão de representantes de minorias sociais historicamente sub-representadas, de forma a refletir a diversidade da sociedade e assegurar maior pluralidade nas deliberações.

CARTA DE CREDENCIAMENTO

DADOS DA ENTIDADE CANDIDATA:

[X] 1 (um) representante de entidade patronal do comércio com atuação mínima comprovada de 3 (três) anos na área de desenvolvimento econômico;

Nome da entidade: MINASPETRO - SINDICATO DO COMÉRCIO VAREJISTA DE DERIVADOS DE PETRÓLEO NO ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ: 17.409.988/0001-40

Sede: [REDACTED], Bairro Santa Lúcia. Belo Horizonte/MG. CEP: 30350-570.

Representante legal: Rafael Milagres Macedo Pereira – CPF: [REDACTED]

Contato (telefone e e-mail): [REDACTED]

DADOS DO REPRESENTANTE INDICADO PARA CANDIDATURA AO COMAM:

Nome: Lúgia Macedo de Paula

Profissão: Advogada

Qualificação: Bacharel em Direito pela UFMG, Mestre em Sustentabilidade Socioeconômica e Ambiental pela UFOP

Vínculo com a entidade: Advogada do Setor Jurídico Ambiental

Registro Civil: [REDACTED]

CPF: [REDACTED]

Estado Civil: [REDACTED]

Naturalidade: Belo Horizonte

Endereço: [REDACTED], Bairro Lourdes. Belo Horizonte/MG. CEP: 3[REDACTED]

Contato (telefone e e-mail): [REDACTED]



Pelo presente, requeremos habilitação da entidade e designamos o representante*¹ acima qualificado para concorrer à vaga de membro do Conselho Municipal do Meio Ambiente, nos termos do Edital de Convocação SMMA nº 002/2025.

Belo Horizonte, 30/10/2025



Rafael Macedo
presidente do Minaspetro

Assinatura do representante legal da entidade
(Rafael Milagres Macedo Pereira)

Documento assinado digitalmente
 **LIGIA MACEDO DE PAULA**

Verifique em https://verificador.gov.br

Assinatura do Candidato
(Ligia Macedo de Paula)

¹ * Em consonância com a adesão do Município à plataforma “Cidade 50-50: todos e todas pela igualdade”, da Organização das Nações Unidas – ONU, e com o comprometimento com políticas públicas que promovam a igualdade e a defesa dos direitos humanos, estimula-se que as representações observem a paridade de gênero, bem como a inclusão de representantes de minorias sociais historicamente sub-representadas, de forma a refletir a diversidade da sociedade e assegurar maior pluralidade nas deliberações.

			
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL			
CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA			
NÚMERO DE INSCRIÇÃO 17.409.988/0001-40 MATRIZ		COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	
		DATA DE ABERTURA 30/12/1971	
NOME EMPRESARIAL SINDICATO DO COM. VAREJ. DE DERIV. DE PETROLEO NO EST DE M G			
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) *****			PORTE DEMAIS
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 94.20-1-00 - Atividades de organizações sindicais			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS Não informada			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 313-1 - Entidade Sindical			
LOGRADOURO R AMOROSO COSTA		NÚMERO 144	COMPLEMENTO *****
CEP 30.350-570	BAIRRO/DISTRITO SANTA LUCIA	MUNICÍPIO BELO HORIZONTE	UF MG
ENDEREÇO ELETRÔNICO		TELEFONE	
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****			
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA		DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 09/12/2000	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL			
SITUAÇÃO ESPECIAL *****		DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 2.119, de 06 de dezembro de 2022.

Emitido no dia **14/05/2025** às **13:02:57** (data e hora de Brasília).

Página: 1/1



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS
CERTIDÃO DE CASAMENTO



Nome atual dos Conjuges:

GUILHERME DA CUNHA ANDRADE

LIGIA MACEDO DE PAULA

Número do CPF:

002.006.9

Matricula

031849 01 55 2014 2 00297 020 0073454 65

Data de Nascimento:

1º Cônjuge:

Guilherme da Cunha Andrade

Nacionalidade:

Brasileira

Estado Civil:

Município de Naturalidade:

Belo Horizonte

MG

Genitores:

Ricardo de Avelar Andrade; Anete Pereira da Cunha

Nome que passou a utilizar:

Guilherme da Cunha Andrade

Data de Nascimento:

2º Cônjuge:

Ligia Macedo de Paula

Nacionalidade:

Brasileira

Estado Civil:

Município de Naturalidade:

Belo Horizonte

MG

Genitores:

Sergio de Paula; Clara Maria Macedo de Paula

Nome que passou a utilizar:

Ligia Macedo de Paula

Data de registro do casamento / conversão

quatorze de novembro de dois mil e quatorze

DIA

14

MÊS

11

ANO

2014

Regime de Bens:

de Bens

DIA

14

MÊS

11

ANO

2014

Data de registro do casamento

quatorze de novembro de dois mil e quatorze

AVERBAÇÕES/ANOTAÇÕES A ACRESCER

Em 25/02/2019, averbada a inclusão do CPF do 1º contraente [REDACTED] 2º contraente [REDACTED] conforme documentação apresentada e/ou consulta realizada nesta data junto à base de dados da Receita Federal do Brasil, disponibilizada pela CRC Nacional, de acordo com o Provimento 63/ 2017 do Conselho Nacional de Justiça. Protocolo 00124467.

TERCEIRO SUBDISTRITO DE BELO HORIZONTE

Luiz Carlos Pinto Fonseca

Belo Horizonte MG Cep: 30.170-132 Brasil

Rua São Paulo, 1620 - Telefone: [REDACTED]

E-mail: [REDACTED]

O Conteúdo da certidão é verdadeiro. Dou fé.
Belo Horizonte, 27 de outubro de 2025

PODER JUDICIÁRIO-TJMG-CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA

Terceiro Subdistrito de Belo Horizonte MG - Registro Civil de Pessoas Naturais

Selo Eletrônico de consulta: **JMD20199**

Código de Segurança: **1845.7301.1501.3358**

Praticado por: **Vanessa Vitoria -Auxiliar d**

Total de Atos = 2 Código do ato: 7802-2 Emol.:47,18 Recompe 3,55 Tjf 10,25 ISSQN 2,36, 7901-2

Emol.:9,19 Recompe 0,69 Tjf 1,26 ISSQN 0,46. Total: 74,94.

Consulte a validade deste selo no site <https://selos.tjmg.jus.br>



CARTÓRIO DO REGISTRO CIVIL 3º SUBDISTRITO

Daniela Mori de La Fuente

OFICIAL SUBSTITUTO



Telefônica Brasil S.A.
CEP: 30140-170 - Belo Horizonte - MG
I.E.: 621904680045 CNPJ Matriz: 02.558.157/0001-62

Nº da Conta: 00001370653578
Código Cliente: 00000144890059

MÊS REFERÊNCIA: 09/2025

GUILHERME DA CUNHA ANDRADE
LOURDES
30160-042 BELO HORIZONTE - MG

VENCIMENTO
10/10/2025

VALOR A PAGAR (R\$)
461,00

MEIO DE PAGAMENTO: DÉBITO AUTOMÁTICO
ENVIO DA FATURA: E-MAIL

OS BENEFÍCIOS DO CELULAR RENOVAM TODO DIA: 25

RESUMO DA SUA CONTA (DE 25/08/25 A 24/09/25)

VIVO CASA CONECTADA	461,00
Total a pagar	461,00

Plano contratado Adicionais contratados	Quantidade	Valor (R\$)
VIVO CASA CONECTADA - TV + Fibra		
Vivo Play Completo	1	290,00
(+) Serviços Digitais Inclusos	-	-
Subtotal Vivo TV		290,00
Vivo Fibra 300 Mbps - Netflix	1	171,00
(+) Serviços Digitais Inclusos	-	-
(+) Netflix Premium	-	-
Subtotal Vivo Fibra		171,00
Subtotal Vivo Casa Conectada		461,00
Subtotal Plano contratado / Adicionais contratados		461,00
Total a pagar		461,00

- Não existe(m) valor(es) pendente(s) até a data de emissão dessa fatura -

Importante: Mantenha o pagamento em dia e evite a suspensão e o cancelamento dos serviços, a rescisão contratual, e a inclusão nos órgãos de proteção ao crédito. Para pagamento após o vencimento serão cobrados encargos de 2% e juros de 1% ao mês em conta futura. | Central de Atendimento ANATEL: 1331 e www.anatel.gov.br. PLANOS ANATEL: Vivo Play Completo: PASTV/0021/SeAC, Vivo Fibra 300 Mbps: PSABL/141/POS/SCM. Para a prestação de serviços descrita nessa fatura incidem os seguintes impostos: MG - 18% ICMS, 0.65% PIS e 3% COFINS para Telecom e Comunicação. SP - 2% ISS, 1.65% PIS e 7.6% COFINS e 0% ISS, 0.65% PIS e 3% COFINS e 0% ISS, 0% PIS e 0% COFINS para SVAs.



SUAS BONIFICAÇÕES

Vivo Fixo: 2 Equipamento TV Promocional

Pelo aplicativo, você também pode:

- Verificar a distribuição de franquia de dados entre titular e dependentes no Multivivo Cotas
- Aproveitar os benefícios do Vivo Valoriza



FALE COM A GENTE

Para os serviços da casa: Whatsapp
11 99915-1515 ou ligando para 10315.

Para os serviços do celular: *8486 do seu celular Vivo
Se tem necessidades específica de acessibilidade para
fala e/ou audição: 142

Ou acesse a Central de Intermediação em Libras
disponível em nosso site.

Autenticação Mecânica

CONTA EM DÉBITO AUTOMÁTICO
Banco Itaú, Agência 9630

Destaque aqui

GUILHERME DA CUNHA ANDRADE

Vencimento

10/10/2025

Total a Pagar - R\$

461,00

Cód. Débito Automático	Nº da Conta	Nº da Fatura	Mês Referência
1370653578-4	00001370653578	00000805740609	09/2025

846900000049	610000641007	013706535781	925097406092
--------------	--------------	--------------	--------------



Pagar
via Pix





GUILHERME DA CUNHA ANDRADE
[REDACTED]
LOURDES
30160-042 BELO HORIZONTE - MG

MÊS REFERÊNCIA: 09/2025

Histórico de Consumo Móvel

Apuração realizada conforme período de prestação de serviço da sua fatura

Utilização	Descrição	Mar/25	Abr/25	Mai/25	Jun/25	Jul/25	Ago/25
Internet Móvel	Dados consumidos GB	-	-	-	-	0,00	0,00
SMS	Quantidade consumida	-	-	-	-	0	0
Ligação Móvel Local	Minutos consumidos	-	-	-	-	00m00s	00m00s
Ligação Móvel Longa Distância	Minutos consumidos	-	-	-	-	00m00s	00m00s

Histórico de Consumo dos serviços da sua Casa

Apuração realizada conforme período de prestação de serviço da sua fatura

Utilização	Descrição	Mar/25	Abr/25	Mai/25	Jun/25	Jul/25	Ago/25
Ligação Fixa Local	Minutos consumidos	-	-	-	-	00m00s	00m00s
Ligação Fixa Longa Distância	Minutos consumidos	-	-	-	-	00m00s	00m00s
TV/Produtos On Demand	Aluguel de Filmes e Conteúdos - em R\$	-	-	-	-	0,00	0,00



DOCUMENTO AUXILIAR DA NOTA FISCAL DE ENERGIA ELÉTRICA ELETRÔNICA
CEMIG DISTRIBUIÇÃO S.A. CNPJ 06.981.180/0001-16 / INSC. ESTADUAL 062.322136.0087.
AV. BARBACENA, 1200 - 17º ANDAR - ALA 1 - BAIRRO SANTO AGOSTINHO
CEP: 30190-131 - BELO HORIZONTE - MG.

TARIFA SOCIAL DE ENERGIA ELÉTRICA - TSEE FOI CRIADA PELA LEI Nº 10.438, DE 26 DE ABRIL DE 2002

SIND COM VAREJ DERIV PETROLEO MG

SANTA LUCIA

30350-570 BELO HORIZONTE, MG

CNPJ 17.409.9**/*-**-**

Referente a
SET/2025

Vencimento
02/10/2025

Valor a pagar (R\$)
313,45



NOTA FISCAL Nº 308513080 - SÉRIE 000
Data de emissão: 15/09/2025
Consulte pela Chave de Acesso em:
<http://www.sped.fazenda.mg.gov.br/spedmg/nf3e>
chave de acesso:
31250906981180000116660003085130801027663529
Protocolo de autorização: 1312500332815917
15.09.2025 às 22:41:09

Nº DA INSTALAÇÃO
3006603638

Classe

Comercial
Trifásico

Subclasse

Assoc. e Entid
Filantrópicas

Modalidade Tarifária

Convencional B3

Data de Leitura

Anterior	Atual	Nº de dias	Próxima
13/08	15/09	33	13/10

Valores Faturados

Itens da fatura	Unid.:	Quant.	Preço Unit. R\$	Valor R\$	PIS/COFINS	Base Calc. ICMS	Alíquota ICMS	ICMS	Tarifa unit.
Energia Elétrica	kWh	100	1,19597171	119,57	4,32	119,57	18,00	21,52	0,93735000
Energia SCEE s/ ICMS	kWh	5,180	0,61055660	3,162,67	139,78	0,00	0,00	0,00	0,58357000
Energia compensada GD I	kWh	5,180	0,58357000	-3,022,89	0,00	0,00	0,00	0,00	0,58357000
Contrib Ilum Publica Municipal				54,10					
TOTAL				313,45	144,10	119,57		21,52	
Bandeira Vermelha P2 - Já Incluído no valor a pag				10,03					

Reaviso de Contas Vencidas / Débito Anteriores

Informações Técnicas

Tipo de Medição	Medição	Leitura Anterior	Leitura Atual	Constante de Multiplicação	Consumo kWh
Energia kWh	BPC210201933	2.175	2.241	80	5.280

Informações Gerais

SALDO ATUAL DE GERAÇÃO: 7.399,64 kWh FPÚnico, 198,06 kWh ponta. Tarifa vigente conforme Res Aneel nº 3.459, de 20/05/2025. Redução alíquota ICMS conforme Lei Complementar 194/22. Unidade faz parte de sistema de compensação de energia. O pagamento desta conta não quita débitos anteriores. Para estes, estão sujeitas penalidades legais vigentes (multas) e/ou atualização financeira (juros) baseadas no vencimento das mesmas. Leitura realizada conforme calendário de faturamento. É dever do consumidor manter os dados cadastrais sempre atualizados e informar alterações da atividade exercida no local. AGO/25 Band. Verm. P2 - SET/25 Band. Verm. P2.

Reservado ao Fisco

Histórico do Consumo

Mês/Ano	Consumo kWh	Média kWh/Dia	Dias
SET/25	5.280	160,00	33
AGO/25	4.240	141,33	30
JUL/25	3.760	117,50	32
JUN/25	4.800	154,83	31
MAI/25	5.120	160,00	32
ABR/25	6.160	220,00	28
MAR/25	8.320	277,33	30
FEV/25	7.440	265,71	28
JAN/25	3.360	105,00	32
DEZ/24	7.200	232,25	31
NOV/24	5.360	191,42	28
OUT/24	7.360	216,47	34
SET/24	5.520	167,27	33

Base de cálculo (R\$)

Alíquota (%)

Valor (R\$)

ICMS
PASEP
COFINS

119,57
3.260,72
3.260,72

18,00
0,79
3,63

21,52
25,75
118,35

Fale com CEMIG: 116 - CEMIG Torpedo 29810 - Ouvidoria CEMIG: 0800 728 3838 - Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL - Telefone: 167 - Ligação gratuita de telefones fixos e móveis.

Código de Débito Automático

000066036385

Instalação

3006603638

Vencimento

02/10/2025

Total a Pagar

R\$313,45

Setembro/2025

83640000003-7 13450138002-3 02339121611-8 00066036385-4



PIX Pague Aqui



Lígia Macedo de Paula

[REDACTED]
Lourdes. CEP: 30160-042. Belo Horizonte/MG.

Tel.: [REDACTED]

E-mail: li [REDACTED]

Currículo Plataforma Lattes: [REDACTED]

Advogada

Mestre em Sustentabilidade Socioeconômica Ambiental

Síntese de Qualificações

- ✓ Experiência nas áreas de Direito Ambiental, Administrativo, Cível e Penal.
- ✓ Conhecimento técnico em Meio Ambiente.
- ✓ Carteira [REDACTED]

Formação Acadêmica

- Colégio Santo Antônio – Dezembro de 2002 - Conclusão do 2º grau.
- Universidade Federal de Minas Gerais – Dezembro de 2008 – Conclusão da graduação em Direito.
- Universidade Federal de Ouro Preto – Mestrado em Sustentabilidade Socioeconômica e Ambiental – Início: Março de 2011. Conclusão dos créditos: Dezembro de 2011. Defesa e Aprovação da Dissertação: Outubro de 2013.
- Bureau Veritas – Treinamento Auditor Líder de Sistema de Gestão Ambiental ISO 14001:2015 IRCA PR315 EMS Lead Auditor (17912) – Novembro de 2017.

Idiomas

- Inglês fluente – Aquisição do Michigan Certificado de Proficiência em Inglês.
- Espanhol Intermediário.

Experiência Profissional

08/2004 – 01/2005

**DEFENSORIA PÚBLICA DA COMARCA DE BELO
HORIZONTE – MG**

Atuação na 4ª Vara Criminal.

Estagiária.

- Auxiliando a Defensora Pública Isabel Raposo e Silva.

- Experiência na área de Direito Penal, elaboração de variadas peças e participação em audiências.

.

09/2005 à 2024 –
(Atual)

MINASPETRO

Sindicato do Comércio de Revendedores de Petróleo no Estado de Minas Gerais, entidade sindical que presta consultoria jurídica para postos revendedores nas áreas administrativa, metrológica, comercial, cível, trabalhista, ambiental. Inicialmente como estagiária do setor de Meio Ambiente, contratação como advogada deste mesmo setor em Janeiro de 2009.

Advogada (Atual).

- Atuação primordial na área Ambiental, além de Administrativa e Cível.
- Prestação de consultoria para associados e elaboração de defesas administrativas, pareceres, ações contenciosas, dentre outras atribuições.
- Participação em Audiências, Congressos (inclusive como palestrante) e comparecimentos no órgão ambiental.

01/2009 à 2025 –
(Atual)

SOUTO E MACEDO ADVOGADOS ASSOCIADOS

Desempenho de atividade jurídica em escritório com especialidade em Direito Ambiental, Administrativo e Cível.

Advogada – Sócia Administradora (Atual).

01/2022 à 12/2022 –

CNRH – Conselho Nacional de Recursos Hídricos

Câmara Técnica de Segurança de Barragens

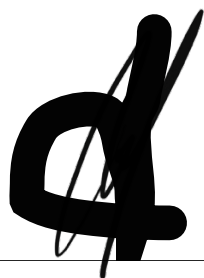
Participação em reuniões para revisão de Resoluções, aprovação do novo modelo de matriz de classificação de barragens, análise de projetos de Lei, dentre outros.

Conselheira – Nomeada para representação da sociedade Civil.

Nome da entidade	Sindicato do Comércio Varejista de Derivados de Petróleo no Estado de Minas Gerais (Minaspetro)		
Segmento	Representantes de entidades patronais do comércio com atuação mínima comprovada de 3 (três) anos na área de desenvolvimento econômico.		
Endereço	<div></div> <div></div> Lúcia - 30350-570	E-mail	minaspetro@minaspetro.com.br
CNPJ	17.409.988/0001-40	Data de Fundação	14/02/1959
Membros da Diretoria			
RAFAEL MILAGRES MACEDO PEREIRA		Presidente	
PAULO MIRANDA SOARES		1º Vice-Presidente	
RICARDO PIRES LAGE		2º Vice-Presidente	
CARLOS EDUARDO MENDES GUIMARÃES JÚNIOR		1º Secretário	
ARTUR HENRIQUE FERREIRA PEDROSA		2º Secretário	
FÁBIO VASCONCELLOS MOREIRA		1º Tesoureiro	
FLÁVIO EDUARDO DE REZENDE		2º Tesoureiro	
MAURÍCIO DA SILVA VIEIRA		Diretor de Relações Trabalhistas	
PEDRO MOREIRA GUEDES		Diretor de Postos de Rodovias	
FLÁVIO MARCUS PEREIRA LARA		Diretor de Postos Próprios de Distribuidoras	
FELIPE CAMPOS BRETAS		Diretor de Relações Ambientais	
ASTULHO TAVARES DE ALCANTARA		Diretor Regional de Caratinga	
LEONARDO LEMOS SILVEIRA		Diretor Regional de Contagem	
DIOGO VALADÃO DOS SANTOS		Diretor Regional de Divinópolis	
RUBENS PERIM		Diretor Regional de Governador Valadares	
MARCO ANTÔNIO ALVES DE MAGALHÃES		Diretor Regional de Ipatinga	

THAILLOR BERCHMANS FONSECA TEIXEIRA	Diretor Regional de João Monlevade	
LEONARDO ASSIS MASCARENHAS	Diretor Regional de Juiz de Fora	
MARCOS ABDO SÂMIA	Diretor Regional de Lavras	
GILDEON GONÇALVES DURÃES	Diretor Regional de Montes Claros	
DANIEL ALMEIDA KILSON	Diretor Regional de Paracatu	
REINALDO VAZ RIBEIRO	Diretor Regional de Passos	
MOISÉS ELMO PINHEIRO	Diretor Regional de Patos de Minas	
RENATO BARBOSA MANTOVANI FILHO	Diretor Regional de Poços de Caldas	
LUIZ ANSELMO RIGOTTI	Diretor Regional de Pouso Alegre	
SÉRGIO JOSÉ DO CARMO	Diretor Regional de Sete Lagoas	
LEANDRO LORENTZ LAMÊGO	Diretor Regional de Teófilo Otoni	
WALTENIR FAGUNDES LIMA	Diretor Regional de Ubá	
IVAN BIONDI DIAS	Diretor Regional de Uberaba	
ALEXANDER GERVASIO NEVES	Diretor Regional de Uberlândia	
RONALDO REZENDE	Diretor Regional de Varginha	
FERNANDO ANTÔNIO DE AZEVEDO RAMOS	Conselheiro Fiscal Efetivo	
HUMBERTO CARVALHO RIEGERT	Conselheiro Fiscal Efetivo	
FÁBIO CROSO SOARES	Conselheiro Fiscal Efetivo	
WAGNER CARVALHO VILLANUÊVA	Conselheiro Fiscal Suplente	
PAULO EDUARDO ROCHA MACHADO	Conselheiro Fiscal Suplente	
JOSÉ EUSTÁQUIO MAGALHÃES ELIAS	Conselheiro Fiscal Suplente	
FLÁVIO AUGUSTO DINIZ PEREIRA	Diretor Adjunto	
ADEMYR EGER	Diretor Adjunto	
BRUNO HENRIQUE LEITE ALMEIDA ALVES	Diretor Adjunto	

Descrição de Atividades Realizadas	
ANO 1	O Minaspetro realizou, nos dias 2 e 3 de outubro de 2025, o maior evento de mobilidade, postos e conveniência do Brasil. O encontro reuniu 2.500 pessoas, contou com palestrantes importantes, como o ex-ministro Paulo Guedes, Ricardo Nunes e Eduardo Feldberg. O 18º Congresso ainda conta com uma feira de negócios, com 90 expositores, com ofertas de serviços, produtos e equipamentos para o mercado de combustíveis, lojas de conveniência e eletrificação da frota. https://congressominaspetro.com.br/
ANO 2	Em 2024, iniciamos uma parceria com o Senai, que treinou trocadores de óleo presencialmente na infraestrutura do Senai. São dois dias de aula com 16 horas de curso intensivo, com o objetivo de entender as especificidades de cada produto e realizar uma troca segura. Colaboradores de postos capacitados significa melhor atendimento ao cliente, mais receita para empresas e para o profissional. https://minaspetro.com.br/nova-turma-do-curso-de-troca-de-oleo-inscricoes-abertas/ https://minaspetro.com.br/ultima-chamada-para-o-curso-de-troca-de-oleo-em-janeiro/
ANO 3	Em 2023, o Minaspetro realizou o 17º Congresso de Revendedores de Combustíveis de Minas Gerais e contou com palestrantes importantes, como economista Ricardo Amorim e Rick Chester para o treinamento da equipe de postos. O 17º Congresso ainda conta com uma feira de negócios, com 60 expositores, com ofertas de serviços, produtos e equipamentos para o mercado de combustíveis, lojas de conveniência e eletrificação da frota. https://minaspetro.com.br/noticia/ricardo-amorim-um-dos-maiores-economistas-do-brasil-no-congresso-de-2023/
Anos anteriores	De 2021 a 2023, o Minaspetro foi membro suplente do Conselho Municipal de Política Urbana.
Assinatura (Representante Legal da Entidade)	

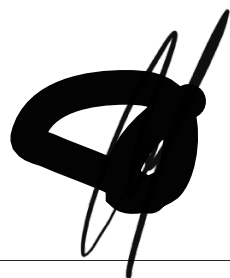


Rafael Macedo
presidente do Minaspetro

Nome da entidade	Sindicato do Comércio Varejista de Derivados de Petróleo no Estado de Minas Gerais (Minaspetro)		
Segmento	Representantes de entidades patronais do comércio com atuação mínima comprovada de 3 (três) anos na área de desenvolvimento econômico.		
Endereço	Rua Amoroso Costa 144 – Bairro Santa Lúcia - 30350-570	E-mail	minaspetro@minaspetro.com.br
CNPJ	17.409.988/0001-40	Data de Fundação	14/02/1959
Membros da Diretoria			
RAFAEL MILAGRES MACEDO PEREIRA		Presidente	
PAULO MIRANDA SOARES		1º Vice-Presidente	
RICARDO PIRES LAGE		2º Vice-Presidente	
CARLOS EDUARDO MENDES GUIMARÃES JÚNIOR		1º Secretário	
ARTUR HENRIQUE FERREIRA PEDROSA		2º Secretário	
FÁBIO VASCONCELLOS MOREIRA		1º Tesoureiro	
FLÁVIO EDUARDO DE REZENDE		2º Tesoureiro	
MAURÍCIO DA SILVA VIEIRA		Diretor de Relações Trabalhistas	
PEDRO MOREIRA GUEDES		Diretor de Postos de Rodovias	
FLÁVIO MARCUS PEREIRA LARA		Diretor de Postos Próprios de Distribuidoras	
FELIPE CAMPOS BRETAS		Diretor de Relações Ambientais	
ASTULHO TAVARES DE ALCANTARA		Diretor Regional de Caratinga	
LEONARDO LEMOS SILVEIRA		Diretor Regional de Contagem	
DIOGO VALADÃO DOS SANTOS		Diretor Regional de Divinópolis	
RUBENS PERIM		Diretor Regional de Governador Valadares	
MARCO ANTÔNIO ALVES DE MAGALHÃES		Diretor Regional de Ipatinga	

THAILLOR BERCHMANS FONSECA TEIXEIRA	Diretor Regional de João Monlevade	
LEONARDO ASSIS MASCARENHAS	Diretor Regional de Juiz de Fora	
MARCOS ABDO SÂMIA	Diretor Regional de Lavras	
GILDEON GONÇALVES DURÃES	Diretor Regional de Montes Claros	
DANIEL ALMEIDA KILSON	Diretor Regional de Paracatu	
REINALDO VAZ RIBEIRO	Diretor Regional de Passos	
MOISÉS ELMO PINHEIRO	Diretor Regional de Patos de Minas	
RENATO BARBOSA MANTOVANI FILHO	Diretor Regional de Poços de Caldas	
LUIZ ANSELMO RIGOTTI	Diretor Regional de Pouso Alegre	
SÉRGIO JOSÉ DO CARMO	Diretor Regional de Sete Lagoas	
LEANDRO LORENTZ LAMÊGO	Diretor Regional de Teófilo Otoni	
WALTENIR FAGUNDES LIMA	Diretor Regional de Ubá	
IVAN BIONDI DIAS	Diretor Regional de Uberaba	
ALEXANDER GERVASIO NEVES	Diretor Regional de Uberlândia	
RONALDO REZENDE	Diretor Regional de Varginha	
FERNANDO ANTÔNIO DE AZEVEDO RAMOS	Conselheiro Fiscal Efetivo	
HUMBERTO CARVALHO RIEGERT	Conselheiro Fiscal Efetivo	
FÁBIO CROSO SOARES	Conselheiro Fiscal Efetivo	
WAGNER CARVALHO VILLANUÊVA	Conselheiro Fiscal Suplente	
PAULO EDUARDO ROCHA MACHADO	Conselheiro Fiscal Suplente	
JOSÉ EUSTÁQUIO MAGALHÃES ELIAS	Conselheiro Fiscal Suplente	
FLÁVIO AUGUSTO DINIZ PEREIRA	Diretor Adjunto	
ADEMYR EGER	Diretor Adjunto	
BRUNO HENRIQUE LEITE ALMEIDA ALVES	Diretor Adjunto	

Descrição de Atividades Realizadas	
ANO 1	O Minaspetro realizou, nos dias 2 e 3 de outubro de 2025, o maior evento de mobilidade, postos e conveniência do Brasil. O encontro reuniu 2.500 pessoas, contou com palestrantes importantes, como o ex-ministro Paulo Guedes, Ricardo Nunes e Eduardo Feldberg. O 18º Congresso ainda conta com uma feira de negócios, com 90 expositores, com ofertas de serviços, produtos e equipamentos para o mercado de combustíveis, lojas de conveniência e eletrificação da frota. https://congressominaspetro.com.br/
ANO 2	Em 2024, iniciamos uma parceria com o Senai, que treinou trocadores de óleo presencialmente na infraestrutura do Senai. São dois dias de aula com 16 horas de curso intensivo, com o objetivo de entender as especificidades de cada produto e realizar uma troca segura. Colaboradores de postos capacitados significa melhor atendimento ao cliente, mais receita para empresas e para o profissional. https://minaspetro.com.br/nova-turma-do-curso-de-troca-de-oleo-inscricoes-abertas/ https://minaspetro.com.br/ultima-chamada-para-o-curso-de-troca-de-oleo-em-janeiro/
ANO 3	Em 2023, o Minaspetro realizou o 17º Congresso de Revendedores de Combustíveis de Minas Gerais e contou com palestrantes importantes, como economista Ricardo Amorim e Rick Chester para o treinamento da equipe de postos. O 17º Congresso ainda conta com uma feira de negócios, com 60 expositores, com ofertas de serviços, produtos e equipamentos para o mercado de combustíveis, lojas de conveniência e eletrificação da frota. https://minaspetro.com.br/noticia/ricardo-amorim-um-dos-maiores-economistas-do-brasil-no-congresso-de-2023/
Anos anteriores	De 2021 a 2023, o Minaspetro foi membro suplente do Conselho Municipal de Política Urbana.
Assinatura (Representante Legal da Entidade)	



Rafael Macedo
presidente do Minaspetro

**Declaração de inexistência de vínculo funcional do representante da
entidade com o poder público municipal, estadual ou federal**

Em conformidade com o disposto no Edital do COMAM, sob pena de anulação da inscrição da entidade que represento, DECLARO, para os devidos fins: Não possuir vínculo de qualquer natureza com o Poder Público Municipal, Estadual ou Federal, seja como servidor, empregado, contratado, terceirizado ou por intermédio de empresa prestadora de serviços ou de natureza similar.

Sou sabedor que a inveracidade das declarações neste ato proferidas acarretará consequências administrativas e judiciais cabíveis no âmbito do Edital do COMAM Biênio 2025-2027 e tornarão nula de pleno direito a inscrição da entidade a que represento.

Belo Horizonte, 30/10/2025

Documento assinado digitalmente
gov.br LIGIA MACEDO DE PAULA
verifique em <https://validar.it.gov.br>

Assinatura do Candidato
(Ligia Macedo de Paula)

**Declaração de inexistência de vínculo funcional do representante da
entidade com o poder público municipal, estadual ou federal**

Em conformidade com o disposto no Edital do COMAM, sob pena de anulação da inscrição da entidade que represento, DECLARO, para os devidos fins: Não possuir vínculo de qualquer natureza com o Poder Público Municipal, Estadual ou Federal, seja como servidor, empregado, contratado, terceirizado ou por intermédio de empresa prestadora de serviços ou de natureza similar.

Sou sabedor que a inveracidade das declarações neste ato proferidas acarretará consequências administrativas e judiciais cabíveis no âmbito do Edital do COMAM Biênio 2025-2027 e tornarão nula de pleno direito a inscrição da entidade a que represento.

Belo Horizonte, 30/10/2025

Documento assinado digitalmente
gov.br LIGIA MACEDO DE PAULA
Verifique em <https://validar.itl.gov.br>

Assinatura do Candidato
(Ligia Macedo de Paula)

DECLARAÇÃO DE VÍNCULO PROFISSIONAL


Na qualidade de Presidente e Representante Legal do MINASPETRO – SINDICATO DO COMÉRCIO VAREJISTA DE DERIVADOS DE PETRÓLEO NO ESTADO DE MINAS GERAIS, declaro que a advogada Ligia Macedo de Paula (██████████) – CPF: 0██████████5) é prestadora habitual de serviços advocatícios no departamento jurídico ambiental do Sindicato, podendo ser representante da entidade para participar da Assembleia de Eleição e concorrer à vaga de membro do Conselho Municipal do Meio Ambiente, nos termos do Edital SMMA 002/2025.

Belo Horizonte, 30 de outubro de 2025



Rafael Macedo
presidente do Minaspetro

Assinatura do representante da entidade
(Rafael Milagres Macedo Pereira)

Documento assinado digitalmente
 LIGIA MACEDO DE PAULA
Data: 30/10/2025 10:00
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Assinatura do Candidato
(Ligia Macedo de Paula)

**ESTATUTO DO SINDICATO DO COMÉRCIO VAREJISTA DE DERIVADOS DE PETRÓLEO
NO ESTADO DE MINAS GERAIS - MINASPETRO**



CAPÍTULO I

DENOMINAÇÃO E OBJETIVOS

SINDICATO DO COMÉRCIO VAREJISTA DE DERIVADOS DE PETRÓLEO NO ESTADO DE MINAS GERAIS - MINASPETRO, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 17.409.988/0001-40, com sede à Rua Amoroso Costa, nº 144, Bairro Santa Lúcia, Belo Horizonte, Minas Gerais, C.E.P. [REDACTED], fundado em 14 de fevereiro de 1959 de acordo com a legislação então vigente, com sua Carta Sindical expedida na forma do despacho Ministerial no processo número MTA 32685/82, de 17 de Junho de 1983, na condição de entidade da revenda de combustíveis e derivados de petróleo, que integra o Sistema Confederativo da Representação Sindical do Comércio, a que se refere o artigo 8º, Inciso II, da Constituição Federal, com base territorial abrangendo todo o Estado de Minas Gerais e outras legalmente permitidas, será regido, por prazo indeterminado, pelo presente Estatuto:

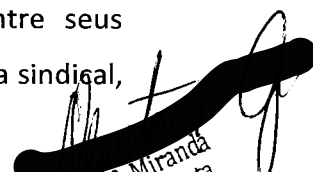
Art. 1º - São finalidades, prerrogativas e deveres do Sindicato:

I – Observar as leis, principalmente as relacionadas aos direitos e deveres da categoria que representa, e os princípios constitucionais, notadamente os da legalidade, razoabilidade, isonomia e moralidade, bem como compreender e exercer os deveres cívicos;

II - Representar, defender, promover e orientar a categoria econômica do Comércio Varejista de Derivados de Petróleo e Demais Combustíveis Automotivos no Estado de Minas Gerais e outras bases territoriais legalmente permitidas;

III - Defender o princípio da liberdade do exercício das atividades integrantes da categoria que representa e do comércio em geral, a concorrência leal, o livre-mercado, a livre iniciativa, as políticas anti-corruptivas e os ideais da justiça social;

IV - Incentivar e promover a solidariedade, união e cordialidade entre seus sindicalizados, inclusive difundindo a necessidade da representação política sindical,


Kleiton S. Miranda
Setor Trabalhista



por intermédio da constituição de Comissões ou Grupos de Trabalho, cujas atividades serão sempre acompanhadas pela Diretoria de Compliance do Minaspetro;

V - Representar judicialmente perante autoridades legislativas e administrativas as categorias que representa, independentemente de outorga de poderes, na condição de substituto processual, em defesa de direitos ou interesses difusos ou coletivos de seus sindicalizados.

VI – Colaborar com os poderes públicos visando se tornar referência para consulta e informações para estudo de soluções de problemas relacionados com as categorias que representa.


VII - Eleger ou designar representantes da categoria junto aos órgãos Governamentais, Administrativos ou Judiciários e Entidades Sindicais de grau superior, representativas de atividades, grupos ou planos econômicos.

VIII - Discutir e firmar acordos, judiciais e extrajudiciais, instaurar, defender e/ou promover a conciliação em dissídios coletivos, assinar contratos, acordos ou convenções coletivas de trabalho em nome das categorias que representa, para vigorar em sua base territorial participando obrigatoriamente de todas as negociações coletivas;

IX – Pleitear junto aos Poderes Públicos legislativos e Executivos, Estaduais e/ou Municipais, a edição de leis, decretos, portarias, pareceres ou medidas de interesse das categorias representadas;

X – Proibir o exercício de cargo eletivo (Diretoria e Conselho Fiscal) do MINASPETRO cumulativamente com empregos remunerados pelo Sindicato ou por entidade sindical de grau superior, bem como vedar a remuneração para o exercício dos cargos eletivos do Sindicato;

XI – Fazer bom uso das contribuições sindicais, preservando sempre o patrimônio da Entidade e mantendo uma estrutura organizacional dimensionada e capacitada para atender aos pleitos e demandas de seus associados e de sua representação sindical;


Kelson S. Miranda
Setor Trabalhista



XII – Estabelecer contribuições, taxas e mensalidades a todos aqueles que participarem das categorias representadas pelo Sindicato, estabelecendo seus valores, condições, prazos, épocas e forma de cobrança, inclusive das contribuições confederativas e assistenciais;

XIII – Disponibilizar e manter serviços técnicos de interesse das categorias que representa, notadamente assistência jurídica, judiciária e seguro, em conformidade com a disponibilidade financeira do Sindicato.

XIV - Promover congressos, seminários, conferências, cursos e palestras de interesse das categorias que representa, em conformidade com a disponibilidade financeira do Sindicato ou por intermédio de Parcerias Público ou Privadas, doações ou subvenções.

XV – Promover a responsabilidade e solidariedade social por intermédio de ações, projetos e eventos, bem como propagar a responsabilidade socioambiental em colaboração com os poderes públicos.

XVI - Publicar e disponibilizar informes, revistas, anúncios aos Associados, bem como repassar informações por intermédio das redes sociais, site, dentre outros meios eletrônicos e aplicativos, sempre observando a disponibilidade financeira do MINASPETRO.

XVII – Abster de exercer atividades não compreendidas em suas finalidades e prerrogativas, especialmente político-partidárias e religiosas.

XVIII – Vedar a cessão gratuita ou remunerada da sede do Sindicato a entidade de índole político-partidária.

§ único - Os representantes referidos no inciso VII deste artigo serão registrados perante a Diretoria de *Compliance* e terão sua atuação fiscalizada por este Órgão.

CAPÍTULO II

DOS ASSOCIADOS

SEÇÃO I


Raíston S. Miranda
Setor Trabalhista

DA ADMISSÃO DO ASSOCIADO



Art. 2º - Poderão ser admitidos como Associados todas as pessoas jurídicas que exerçam atividades por qualquer forma ligada às categorias econômicas compreendidas no âmbito da representação do Comércio Varejista de Derivados de Petróleo e demais Combustíveis Automotivos no Estado de Minas Gerais e outras bases territoriais legalmente permitidas, na condição de detentores da maioria no capital das respectivas empresas atuantes nos ramos de atividades abrangidos por este Sindicato, desde que preencham todas as condições legais e atendam todas as exigências estatutárias.

§1º - O sócio da pessoa jurídica candidata a associada que não possuir a maioria no capital, poderá representá-la, desde que, cumulativamente, seja quotista ou acionista, detenha poderes de administração na condição de administrador, gerente ou diretor, e esteja expressamente autorizado, pelos demais sócios, a filiar-se ao sindicato como seu representante.

§2º - Cada pessoa jurídica associada poderá ter somente um sócio representante na filiação.

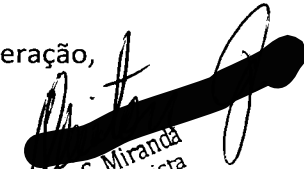
§3º - A taxa de associação no Sindicato deverá ser paga por todos os associados, conforme valor e forma definidos em Assembleia Geral.

§4º - O pedido de filiação deverá ser dirigido ao seu Presidente, que o colocará para apreciação em reunião da Diretoria Executiva e da Diretoria de *Compliance*, o qual será decidido por maioria de votos.

§5º - Havendo empate na votação de que trata o caput deste artigo, caberá ao Presidente o desempate.

§6º - Primeiramente, para ser direcionado ao Presidente, o pedido deverá ser entregue na secretaria do Sindicato ou por meio eletrônico, em observância às instruções do Sindicato, contendo os seguintes documentos:

I - Contrato Social consolidado ou contrato social mais a última alteração,


Klaiton S. Miranda
Setor Trabalhista

devidamente registrado nas repartições competentes, que comprove exercer a pessoa jurídica atividades características da revenda de combustíveis e derivados de petróleo e demais combustíveis automotivos, sediadas no Estado de Minas Gerais e outras bases territoriais legalmente permitidas;

II - Cadastro Comercial da Pessoa Jurídica, Pedido de Inscrição, e Alvará de Funcionamento;

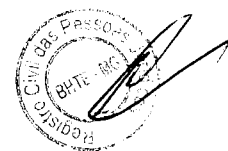
III – Termo de Compromisso elaborado pelo Sindicato e devidamente assinado pelo Requerente, que ateste a adesão por parte da Pessoa Jurídica e de seus sócios às regras de integridade corporativa estabelecidas pelo Código de Conduta do Minaspetro.

SEÇÃO II

DOS DIREITOS E DEVERES DOS ASSOCIADOS

Art. 3º - São direitos dos Associados:

- a) participar por intermédio de um de seus sócios, das atividades do Sindicato;
- b) participar, por intermédio de um de seus sócios, das Assembleias Gerais, podendo votar e ser votado para os cargos eletivos do MINASPETRO, desde que esteja quito com as obrigações financeiras perante o Sindicato;
- c) usufruir dos serviços técnicos colocados à disposição do Associado, notadamente a assistência jurídica, judiciária e seguro;
- d) participar de congressos, seminários, conferências, cursos e palestras promovidas pelo Sindicato;
- e) apresentar e submeter ao estudo da Diretoria, quaisquer assuntos de interesse geral da categoria representada e sugerir medidas que entender convenientes;
- f) requerer, conjuntamente com o mínimo de 1/5 (um quinto) de Associados, que o presidente convoque uma Assembleia Geral Extraordinária, justificando, de forma pormenorizada os motivos;
- g) receber publicações, informes, revistas, anúncios, bem como quaisquer informações por intermédio das redes sociais, site, dentre outros meios eletrônicos

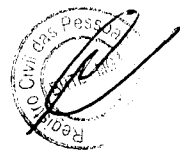


e aplicativos, sempre em observância à disponibilidade financeira do Sindicato;
h) recorrer à Instância competente, no caso de aplicada eventual penalidade.

Art. 4º - São deveres dos Associados:

- I - Cumprir e fazer cumprir o presente Estatuto, as regras estabelecidas no Código de Conduta do Sindicato, notadamente as de *Compliance*, Lei da Concorrência e/ou Lei Anticorrupção;
- II - Cumprir as decisões das Assembleias, das Diretorias (Executiva e de *Compliance*) e do Conselho de *Compliance*;
- III - Votar nas eleições sindicais;
- IV - Pagar, nos prazos determinados, a contribuição sindical, confederativa e as demais contribuições, mensalidades ou taxas vigentes que venham a ser estabelecidas, mantendo-as em dia;
- V - Não adotar providências ou divulgar informes que afetem ou que envolvam a categoria, sem o prévio consentimento e autorização do presidente e demais órgãos competentes do Sindicato, em especial da Diretoria e do Conselho, ambos de *Compliance*;
- VI - Comparecer às reuniões, principalmente às Assembleias Gerais Ordinárias - AGO, e às Assembleias Gerais Extraordinárias - AGE, pelo seu representante legal;
- VII - Manter atualizados junto ao cadastro do Sindicato seus dados cadastrais (endereço, razão social, contrato social, ramos de negócio);
- VIII - Denunciar à Diretoria de *Compliance* ou à Diretoria Executiva, ou ainda, à Assembleia Geral, conforme o caso e o momento, ou em observância ao disposto neste estatuto, a ocorrência de atos que importem em malservação ou dilapidação do patrimônio, inclusive o moral, práticas de infração à ordem econômica ou tributária, ou ainda, qualquer ato comprovadamente lesivo ao MINASPETRO, ao Associado ou à categoria que o mesmo representa;
- IX - Prestigiar o MINASPETRO por todos os meios ao seu alcance, e propagar o


Kláston S. Miranda
Setor Trabalhista



espírito associativo entre os integrantes da categoria que o Sindicato representa;

X – Não abandonar o cargo para o qual foi eleito ou indicado;

§ único - Considera-se abandono de cargo a ausência, sem justa causa, a quatro reuniões consecutivas do Órgão ao qual integra.

XI – Renunciar ao mandato para o qual foi eleito ou indicado, se lhe for conveniente e/ou quando ocorrer a perda do interesse pela efetiva participação e exercício de gestão no tocante aos interesses, princípios e prerrogativas do MINASPETRO.

CAPÍTULO III

SEÇÃO I

DAS PENALIDADES APLICÁVEIS AOS ASSOCIADOS

Art. 5º - Os Associados do Sindicato estão sujeitos às seguintes penalidades:

I - À pena de advertência ou suspensão de direitos por até seis meses:

- a) Por atraso das contribuições legais e previstas neste estatuto, pelo período inferior a 180 (cento e oitenta) dias, sem justificativa, no pagamento da mensalidade ou das demais contribuições estabelecidas em lei, no presente Estatuto e pelas Assembleias;
- b) Por descumprir deliberação da Diretoria Executiva ou da Diretoria de Compliance;
- c) Por infringir o disposto no inciso V e VII do artigo anterior;
- d) Por infringir as regras estabelecidas no Código de Conduta do MINASPETRO;
- e) Por apresentar denúncia ao sindicato, sabidamente falsa.
- f) Por praticar infração à ordem econômica ou tributária;

II - À pena de suspensão de direitos por período superior a seis meses ou exclusão do quadro social:

- a) Por descumprir, de forma reiterada, a deliberação da Assembleia Geral, Diretoria,


Klayton S. Miranda
Setor Trabalhista



Executiva e Diretoria de *Compliance*;


- b) Por atraso das contribuições legais e previstas neste estatuto, pelo período superior a 180 (cento e oitenta) dias, sem justificativa, no pagamento da mensalidade ou das demais contribuições estabelecidas em lei, no presente Estatuto e pelas Assembleias;
- c) Por má conduta comprovada exercida no ramo(s) de atividade(s) abrangido(s) por este Sindicato;
- d) Por, comprovadamente, criar, provocar ou disseminar o espírito de discórdia entre os associados;
- e) Por comprovado ato, ação, ou omissão cometido contra o patrimônio material ou moral do Sindicato da categoria ou de qualquer outro filiado;
- f) Por descumprir de forma reiterada as regras estabelecidas no Código de Conduta do MINASPETRO;
- g) Por praticar crime tipificado pela legislação brasileira;
- h) Por praticar infração à ordem econômica ou tributária;
- i) Por apresentar de forma reiterada denúncia ao sindicato, sabidamente falsa;
- j) Por cometer nova falta, punível com suspensão ou eliminação no período de cinco anos, contados do cumprimento da penalidade anteriormente recebida.

§1º - A aplicação das penalidades previstas neste artigo será exercida pela Diretoria Executiva, após parecer da Diretoria de *Compliance*.

§2º - Serão assegurados aos Associados os direitos fundamentais do contraditório e da ampla defesa, antes da aplicação da(s) penalidade(s), na forma definida pela Diretoria Executiva.

§3º - Da decisão da Diretoria Executiva pela aplicação da(s) penalidade(s) caberá recurso pelo Associado ao Conselho de *Compliance*. A decisão do Conselho de *Compliance* será irrecorrível, salvo o disposto no § 4º deste artigo.

§4º - A Diretoria Executiva promoverá o enquadramento da infração de forma


Klairton S. Miranda
Setor Trabalhista

subjetiva quanto à natureza, à gravidade e aos danos ao MINASPETRO, seus associados e à(s) categoria(s) que o Sindicato representa.



§5º - Os Associados que tiverem decisões contra si, enquadradas pela Diretoria Executiva e pelo Conselho de *Compliance* como graves e gravíssimas, terá o direito de recorrer da decisão do Conselho de *Compliance* à Assembleia Geral do Sindicato, principalmente decisão de destituição de Administradores dos cargos eletivos do Sindicato, devendo ser assegurados a todos os direitos ao contraditório e a ampla defesa.

§6º - Não constitui descumprimento ou falta os atos decorrentes do regular exercício de direito.

§7º - A simples renúncia de um integrante de qualquer Órgão do Sindicato não constitui falta estatutária, ficando o renunciante, entretanto, inelegível por cinco anos.

§8º - O Associado punido com uma das penalidades previstas no inciso I deste artigo fica inelegível durante o seu cumprimento.

§9º - O Associado punido com a penalidade de suspensão prevista no inciso II fica inelegível durante o período da suspensão. Já o Associado (incluindo os sócios e procuradores) punido com a penalidade de exclusão do quadro social do Sindicato, mesmo que eventualmente reabilitado, será inelegível para ocupar qualquer cargo no Sindicato.

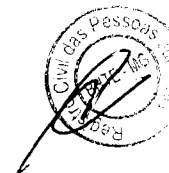
SEÇÃO II

DA REABILITAÇÃO E READMISSÃO DO ASSOCIADO EXCLUÍDO

Art. 6º - O Associado excluído poderá reingressar no quadro social do Sindicato, desde que:

I - Por deliberação da Assembleia Geral, tomada por maioria absoluta dos associados presentes, com direito de voto, seja julgado reabilitado; e


Klaiston S. Miranda
Setor Trabalhista



II – Caso seja necessário, efetue a liquidação de débito eventualmente pendente, ou o faça nas condições autorizadas pela Diretoria Executiva.

§1º - O associado reabilitado e readmitido ao quadro social receberá nova matrícula, sem prejuízo da contagem de tempo como associado.

§2º - A reabilitação não extingue os efeitos da condenação anteriormente sofrida.

SEÇÃO III

DA DENÚNCIA

Art. 7º - Qualquer associado, empregado ou terceiro interessado que tiver conhecimento de uma ou mais infrações a este Estatuto, às regras estabelecidas no Código de Conduta, à deliberação da Diretoria Executiva, do Conselho de *Compliance* e da Assembleia Geral, ou a qualquer dispositivo legal, poderá formalizar denúncia, por meio do portal eletrônico do MINASPETRO ou por outros mecanismos disponibilizados pelo Canal de Denúncias, dirigida à Diretoria de *Compliance*, a qual será recebida em sigilo, para elaboração de parecer à Diretoria Executiva.

§1º – É permitida a denúncia anônima, garantindo-se, nesses casos, a proteção dos dados pessoais do denunciante.

§2º - O Canal de Denúncias e o procedimento disciplinar serão regulamentados por meio de Portaria expedida pela Presidência, após aprovação pela Diretoria Executiva.


CAPÍTULO IV

DA ADMINISTRAÇÃO

Art. 8º - São órgãos da Administração do Sindicato:

I - Assembleia Geral;

II – Diretoria Executiva;


Malston S. Miranda
Setor Trabalhista



III – Conselho de Compliance;

IV – Diretoria de Compliance;

V - Conselho Administrativo Consultivo;

VI - Conselho Fiscal.

SEÇÃO I

DA ASSEMBLEIA GERAL:

Art. 9º - A Assembleia Geral, composta por Associados com direito de participação e que estejam em pleno gozo de seus direitos sociais, é o órgão máximo de orientação e deliberação do MINASPETRO.

Art. 10 – As orientações e deliberações emanadas da Assembleia Geral não podem contrariar a legislação vigente, o estatuto e o Código de Conduta do MINASPETRO.

Art. 11 - À Assembleia Geral compete:

I - Eleger a Diretoria Executiva e o Conselho Fiscal;

II – Destituir os Administradores que ocupam cargos eletivos no Sindicato;

III – Aprovar o orçamento para o exercício fiscal que se iniciará;

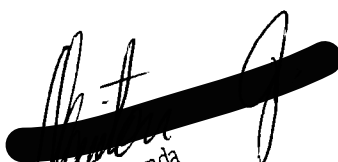
IV - Aprovar as contas do MINASPETRO, correspondentes ao exercício fiscal do ano anterior, após parecer do Conselho Fiscal;

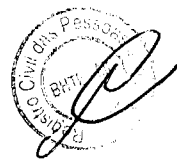
V – Aprovar a alteração do estatuto do MINASPETRO;

VI - Decidir em definitivo sobre todos os assuntos de atribuição legal ou estatutária do Sindicato, a ela submetidos pela Diretoria Executiva;

VII – Decidir em definitivo os recursos interpostos em face das decisões prolatadas pelo Conselho de Compliance, nos termos do disposto no § 5º do art. 5º do presente estatuto.

Art. 12 - As Assembleias Gerais realizar-se-ão de forma:


Klanton S. Miranda
Setor Trabalhista



I - Ordinária, anualmente, para deliberação e aprovação dos assuntos de sua competência dispostos nos itens III e IV do art. 11, e, na época e forma estabelecidas no presente Estatuto para votar o disposto no item I do art. 11, também deste estatuto.

II - Extraordinária, para tratar dos demais assuntos de sua competência dispostos no art. 11, assim como de assuntos levados pela Diretoria Executiva, Conselho de Compliance, Conselho Fiscal e por 1/5 dos Associados, nos termos dos seus direitos dispostos neste estatuto.

Art. 13 - As reuniões ordinárias ou extraordinárias serão realizadas mediante convocação por edital publicado por 2 (duas) vezes, sendo a primeira no Diário Oficial do Estado e a segunda em Jornal de grande circulação na base geográfica de representação ou por envio de correspondência eletrônica aos associados, ambos com antecedência mínima de 20 (vinte) dias da data da Assembleia.

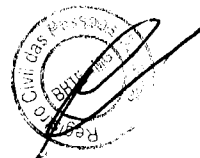
Art. 14 - O presidente do Sindicato não poderá deixar de convocar a Assembleia Geral Extraordinária, quando tal convocação for requerida por 1/5 dos Associados quites com as obrigações financeiras com o MINASPETRO, nos termos dos seus direitos dispostos no art. 3º e 12, inciso II deste estatuto.

§1º – No caso previsto neste artigo, o presidente do Sindicato deverá promover a convocação da Assembleia Geral Extraordinária, nos termos do art. 13 deste estatuto, em até 10 (dez) dias a contar da entrega do requerimento assinado por no mínimo 1/5 dos Associados do MINASPETRO, com antecedência de 20 (vinte) dias da data da realização da mesma.

§2º - Se o Presidente, no prazo estipulado, não tiver convocado a Assembleia Geral Extraordinária, esta será convocada pelo Conselho de *Compliance*.

Art. 15 – As Assembleias Gerais Extraordinárias, em regra, instalar-se-ão, em primeira convocação, com a maioria absoluta dos associados quites com as obrigações financeiras perante o MINASPETRO, e, em segunda convocação, com

Klaston S. Miranda
Setor Trabalhista



qualquer número destes.

§1º - Especialmente para a aprovação do item II do art. 11 deste estatuto, o quorum para a instalação da Assembleia Geral será de 2/3 dos associados quites com as obrigações financeiras perante o MINASPETRO em primeira e segunda convocação.

§2º - Especialmente para a aprovação do item V do art. 11 deste estatuto, o quorum para a instalação da Assembleia Geral será de 2/3 dos associados quites com as obrigações financeiras perante o MINASPETRO em primeira convocação e em segunda convocação com 1/3 dos associados quites com suas obrigações financeiras.

Art. 16 - As decisões ou deliberações das Assembleias Gerais devidamente instaladas serão tomadas por maioria absoluta de votos dos presentes, salvo nos casos em que a lei, ou o presente estatuto, exija ou autorize quórum especial para instalação ou deliberação.

§ único - Nas decisões ou deliberações das Assembleias Gerais devidamente instaladas, correspondentes aos incisos III e IV do art. 11 deste estatuto, os membros da Diretoria Executiva estarão impedidos de votar.

Art. 17 - A votação de assuntos nas Assembleias Gerais relacionadas às regras estabelecidas no Código de Conduta, Compliance e Governança Corporativa, processar-se-á sempre por escrutínio, ouvida a Diretoria de *Compliance* e observada a legislação em vigor.

§ único - As Assembleias Gerais, extraordinárias ou ordinárias, contarão sempre com a presença do Diretor de *Compliance*, que deverá interrompê-la e sugerir o encerramento do assunto todas as vezes que um ou mais dos presentes tratarem de temas ilícitos; quando começarem a divulgar informações comerciais sensíveis, tais como: preços, informações capazes de levar a adoção de condutas comerciais concentradas entre Associados, ou ainda, a conclamá-los a agirem de forma concentrada, cabendo, em todos os casos, a comunicação dos fatos ao Conselho de

Kailston S. Miranda
Setor Trabalhista

Compliance para tomada das providências cabíveis.



SEÇÃO II

DA DIRETORIA EXECUTIVA

Art. 18 - O Sindicato será dirigido por uma Diretoria Executiva eleita pela Assembleia Geral, juntamente com seus suplentes, dentre os representantes das pessoas jurídicas associadas, em condições de votar na conformidade deste Estatuto, os quais responderão solidária e subsidiariamente pelas obrigações sociais.

§1º - O mandato da Diretoria Executiva será de quatro anos, permitida apenas uma reeleição do presidente.

§2º - É permitida a reeleição de no máximo 2/3 dos membros da Diretoria Executiva.

Art. 19 - Os cargos da Diretoria Executiva serão os seguintes:

I - Presidente;

II - Dois Vice-Presidentes;

III - Dois Secretários;

IV - Dois Tesoureiros;

V – Quatro Diretores de Áreas Específicas;

VI – Vinte Diretores Regionais e;

VI - Três Diretores Suplentes.

§1º - É facultada a critério da Diretoria Executiva a criação de um Conselho de Associados, com representantes de diversas regiões do Estado de Minas Gerais;

§2º - A Diretoria Executiva, por intermédio do seu presidente, poderá, a qualquer tempo, convocar o Conselho de Associados para deliberar sobre questões de alta relevância para o Sindicato.


Klaiston S. Miranda
Setor Trabalhista



Art. 20 - A eleição será direta e secreta, devendo cada chapa inscrita indicar, previamente, o nome do representante postulante a cada vaga.

Art. 21 - À Diretoria Executiva compete:

I - Administrar o patrimônio social;

II - Cumprir e fazer cumprir as leis em vigor, as determinações das autoridades competentes, o Estatuto, o regimento interno, as deliberações da Assembleia Geral, as regras estabelecidas no Código de Conduta do Sindicato e as deliberações do Conselho de *Compliance*;

III - Organizar e submeter à aprovação da Assembleia Geral, com parecer do Conselho Fiscal, a proposta orçamentária para o exercício seguinte e as contas do MINASPETRO correspondentes ao exercício fiscal anterior;

IV - Elaborar, se julgar necessário, seu regimento interno;

V – Abrir procedimentos internos em face dos associados e administradores do Sindicato, nos termos deste Estatuto, ouvindo o parecer da *Diretoria de Compliance* e assegurando os direitos fundamentais do contraditório e ampla defesa;

VI – Zelar pelo cumprimento do Código de Conduta do MINASPETRO;

VII – Auxiliar e ser auxiliada pelo Diretor de *Compliance* no desempenho de suas funções.

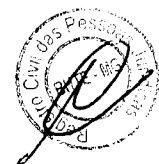
§ único - A Diretoria Executiva fará a prestação das contas de sua gestão até trinta dias antes do término de seu mandato.

Art. 22 - A Diretoria Executiva reunir-se-á, ordinariamente, uma vez a cada quatro meses e, extraordinariamente, quando convocada pelo Presidente ou pela maioria dos seus integrantes, observadas, no que couberem, as normas vigentes.

§ único - O Diretor de *Compliance* acompanhará as reuniões da Diretoria Executiva.

Art. 23. As reuniões da Diretoria Executiva serão convocadas com antecedência mínima de 72 (setenta e duas) horas e serão realizadas, em primeira convocação


Klayton S. Miranda
Setor Trabalhista

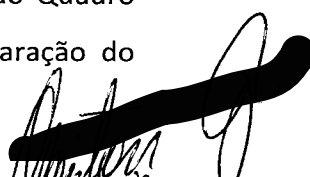


com a maioria absoluta de seus integrantes e, em segunda convocação, com qualquer número destes.

§ único - As decisões serão tomadas por maioria de votos dentre os Diretores presentes.

Art. 24 - Ao Presidente incumbe:

- I** - Representar o Sindicato perante terceiros, a administração pública e em juízo, podendo delegar poderes ou constituir procurador;
- II** - Convocar as reuniões da Diretoria Executiva, dos Conselhos e da Assembleia Geral, presidindo-as;
- III** - Assinar, com o secretário em exercício, as atas das reuniões, o orçamento anual, bem como rubricar os livros da Secretaria e da Tesouraria;
- IV** - Ordenar as despesas autorizadas pela Diretoria Executiva e visar os cheques a pagar, de acordo com solicitação do tesoureiro;
- V** - Contratar ou demitir empregados e fixar-lhes os vencimentos, respeitados o Quadro funcional e as diretrizes fixadas pelo Conselho Administrativo-Consultivo;
- VI** - Analisar, sugerir e justificar ao Conselho Administrativo-Consultivo as modificações do Quadro Funcional;
- VII** - Organizar, com aprovação da Diretoria Executiva e com o auxílio da Diretoria de *Compliance*, o relatório de ocorrências relativas ao ano anterior, apresentá-lo à Assembleia Geral no primeiro trimestre, para a devida apreciação, devendo do mesmo constar:
 - a** - Resumo dos principais acontecimentos verificados no curso anterior;
 - b** - Relação dos Associados admitidos durante o ano com as especificações exigidas neste estatuto e menção dos respectivos números de matrícula;
 - c** - Relação dos Associados que durante o ano deixaram de pertencer ao Quadro Social, com as especificações a que se refere a alínea anterior e declaração do


Klaston S. Miranda
Diretor Trabalhista



motivo de tal ocorrência.

VIII - Organizar e apresentar à Assembleia Geral, com aprovação do Conselho Fiscal, as contas do exercício fiscal do ano anterior e previsão orçamentária;

IX - Representar o Sindicato na reunião do Conselho da Federação;

X – Nomear e destituir o Diretor de *Compliance*;

XI - Integrar o Conselho de *Compliance*.

§1º - O primeiro e o segundo Vice-Presidentes, respectivamente, substituirão o Presidente em seus impedimentos.

§2º - O primeiro e o segundo Vice-Presidentes ocuparão, respectivamente, a segunda vaga efetiva e a primeira suplência da representação do MINASPETRO no Conselho de Representantes da Federação.

§3º - Em caso de necessidade, o presidente poderá delegar, no todo ou em parte as atribuições que lhe são conferidas por este Estatuto, ouvindo o Conselho Administrativo-Consultivo e a Diretoria de *Compliance*, permanecendo solidariamente responsável pelos atos praticados pelo mandatário.

Art. 25 - Ao Primeiro e Segundo Secretários compete:

I - Substituir o segundo Vice-Presidente em seus impedimentos;

II - Preparar a correspondência do expediente da Secretaria;

III - Ter sob sua guarda o arquivo;

IV - Redigir as Atas das sessões da Diretoria Executiva, das Assembleias Gerais e das comissões e grupos de trabalho, podendo nomear secretário “ad hoc” para este fim;

V - Dirigir e fiscalizar os trabalhos da secretaria;

VI – Integrar o Conselho de *Compliance*.

§ único - Os secretários serão graduados como primeiro e segundo, substituindo o segundo ao primeiro em seus impedimentos.



Art. 26 - Ao Primeiro e Segundo Tesoureiros compete:

- I - Ter sob sua guarda e responsabilidade os valores do Sindicato;
- II - Assinar, com o presidente, os cheques e efetuar os pagamentos e recebimentos autorizados;
- III - Dirigir e fiscalizar os trabalhos da Tesouraria;
- IV - Apresentar ao Conselho Fiscal balancetes semestrais e o balanço anual;
- V - Depositar o dinheiro do Sindicato em estabelecimento de crédito legalmente autorizado conservando, na Tesouraria, fundos indispensáveis as necessidades imediatas;
- VI - Substituir o segundo secretário em seus impedimentos;
- VI – Integrar o Conselho de *Compliance*.

§ único - Os tesoureiros serão graduados como primeiro e segundo, substituindo o segundo ao primeiro em seus impedimentos.

Art. 27 - Ao Conselho de Associados caberá a interlocução com os associados de cada região do Estado, bem como, quando convocado pelo Presidente, deliberar sobre questões de alta relevância ao sindicato.

Art. 28 - Aos Diretores de Áreas Específicas caberá a condução das políticas e propostas referentes a problemas específicos que atinjam a categoria.

§1º - Poderão ser criadas Diretorias de Área para os seguintes seguimentos:

- a) Postos de Rodovia;
- b) Operadores de Postos de Propriedade de Distribuidoras;
- c) Relações Trabalhistas;
- d) Ambiental.

SEÇÃO III


Kleiton S. Miranda
Setor Trabalhista



DO CONSELHO DE COMPLIANCE E DA DIRETORIA DE COMPLIANCE:

Art. 29 - O Sindicato terá um Conselho de Compliance permanente, composto pelo Diretor de Compliance, pelo Presidente, pelo primeiro vice-presidente, pelo primeiro-secretário e pelo primeiro-tesoureiro.

§ único - O mandato do Conselho será de quatro anos, permitida, sem restrição, a recondução do Diretor de Compliance.

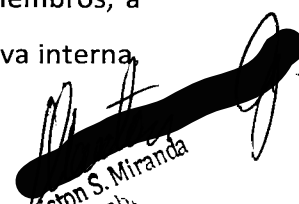
Art. 30 - O Conselho de Compliance é o órgão deliberativo máximo do programa de *compliance* do MINASPETRO, instituído de natureza permanente e com autonomia funcional, ao qual caberá reunir-se para a discussão de temas reputados relevantes para o Sindicato e do programa de *Compliance*, e para a deliberação acerca de processos administrativos sancionadores.

Art. 31 - A Diretoria de *Compliance* é órgão diretamente vinculado ao Conselho de *Compliance*, o qual será o responsável pela operacionalização do programa de *compliance* no dia a dia do sindicato, e será dirigida pelo Diretor de Compliance, auxiliado pela sua equipe jurídica.

Art. 32 - O Diretor de *Compliance* será escolhido pelo Presidente, devendo a decisão ser ratificada em Assembleia, por meio de maioria simples.

Art. 33 - À Diretoria de *Compliance* compete a implementação, fiscalização e monitoramento do programa de *Compliance* do Minaspetro, tendo como atribuições:

- I - Definir e coordenar a implementação das diretrizes, políticas e práticas de controles internos e de gerenciamento de riscos do sindicato e seus membros;
- II - Estruturar, implementar, manter, divulgar e disseminar o Código de Conduta no sindicato;
- III - Auxiliar na análise das estruturas e processos do sindicato e seus membros, a fim de alinhá-los às normas dos órgãos reguladores e à estrutura normativa interna.


Raíson S. Miranda
Setor Trab.



atuando com independência necessária ao exercício das suas atividades;

IV - Zelar pelo cumprimento da lei, envidando seus melhores esforços para atuar, interna e externamente, em observância das normas de defesa da concorrência e anticorrupção vigentes (Leis nº 12.529/2011 e nº 12.846/2013);

V - Reforçar a ética e transparência na condução das atividades do Minaspetro, sobretudo no que se refere a eventuais conflitos com as normas concorrenciais e anticorrupção vigentes;

VI – Receber e processar as denúncias recebidas, nos termos do artigo 7º deste Estatuto e do Código de Conduta;

VI - Relatar a ocorrência de ato que constitua ilícito administrativo, civil, concorrencial ou penal, ou infração ao Código de Conduta, à Diretoria e às autoridades, quando couber.

Art. 34 - Ao Diretor de Compliance compete, dentre outras atribuições:

I – Coordenar a Diretoria de *Compliance*;

II – Convocar as reuniões do Conselho de *Compliance*;

III – Realizar o mapeamento e a avaliação das áreas de risco para o *Compliance*;

IV - Fiscalizar o cumprimento do Código de Conduta e Estatuto por parte do sindicato e seus membros;


V – Fazer recomendações de normas da organização do sindicato e emitir parecer à Diretoria Executiva e à Assembleia;

VI - Criar, revisar e aprimorar os documentos relativos ao Compliance;

VII – Realizar e acompanhar os treinamentos de Compliance fornecidos aos associados ou empregados do sindicato;

VIII - Garantir que todos os procedimentos realizados pelos empregados estejam de acordo com os regulamentos internos e com as leis externas ao sindicato;

IX - Servir como contato para empregados, membros, parceiros comerciais e


Klaiton S. Miranda
Setor



peçoas em geral em relação a questões relacionadas à implementação do Compliance e Código de Conduta do Minaspetro.

§ único - O Diretor de Compliance possui autonomia para exercer de maneira independente suas funções.

Art. 35 - O Conselho de Compliance e a Diretoria de Compliance reunir-se-ão quando convocados pelo Diretor de Compliance, ou pela maioria dos seus membros, observadas, no que couberem, as normas vigentes.

Art. 36 - As regras referentes à Diretoria Executiva aplicam-se ao Conselho de Compliance e à Diretoria de Compliance, no que couberem.

SEÇÃO IV

DO CONSELHO FISCAL

Art. 37 - O Conselho Fiscal, órgão de fiscalização da gestão financeira, é composto por 3 (três) integrantes efetivos, e igual número de suplentes, eleitos na mesma oportunidade que a Diretoria Executiva para um mandato de 4 (quatro) anos.

§ 1º - Ao Conselho Fiscal incumbe dar parecer sobre a proposta orçamentária e suas retificações, o balanço anual, os balancetes semestrais, DREs, as alienações de bens e títulos de renda de valor considerável, investimentos e demais demonstrativos contábeis normatizados pela legislação vigente, em relatório analítico e pormenorizado.

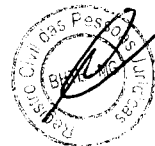
§ 2º - As reuniões do Conselho Fiscal serão acompanhadas pela Diretoria de Compliance.

SEÇÃO V

DO CONSELHO ADMINISTRATIVO CONSULTIVO

Art. 38 - O Conselho Administrativo Consultivo será composto pelo Presidente e por mais 5 (cinco) membros de notória projeção e respeitabilidade no ramo do comércio varejista de combustíveis e derivados, sendo pelo menos 2 (dois) destes recrutados


Klinton S. Miranda
Setor Trabalhista



dentre os diretores do Sindicato, através de livre indicação do Presidente, que terão a função de assessorar a Diretoria Executiva na orientação política e administrativa do Sindicato.

§1º - As reuniões do Conselho Administrativo Consultivo serão realizadas bimestralmente, independentemente de convocação pelo Presidente, e serão por ele presididas.

§2º - As decisões serão tomadas por maioria de votos, observado o seguinte:

I - Os votos serão tomados na ordem crescente de idade dos Conselheiros, primeiro o mais jovem, seguindo-se, sucessivamente, até o mais idoso; por fim, o Presidente;

II - Após o voto do Presidente, se houver empate, este proferirá o voto de desempate.

§3º - As decisões do Conselho Administrativo Consultivo somente poderão ser anuladas pelas decisões da Assembleia Geral ou da Diretoria Executiva, em reunião plena, com eficácia "ex nunc".

§4º - As reuniões do Conselho serão acompanhadas pela Diretoria de Compliance.

CAPÍTULO V

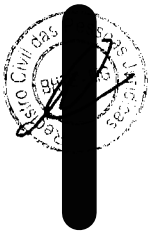
DA SUSPENSÃO E DA PERDA DE MANDATO

Art. 39 – O integrante de qualquer Órgão do MINASPETRO que deixar de cumprir os deveres do seu cargo, violar dispositivo legal, estatutário ou as regras estabelecidas no Código de Conduta, faltar ao decoro ou praticar atos lesivos aos interesses do Sindicato, independente se indicado ou eleito, terá aplicada uma das penas (suspensão por período superior a seis meses ou a exclusão do quadro de Associados do Sindicato) pela Diretoria Executiva, observando-se o disposto no art. 5º e 11 do presente estatuto.

§1º - A perda do mandato importa na eliminação do quadro social.

§2º - O procedimento aplicável à perda do mandato será aquele relativo ao Capítulo das penalidades deste estatuto.


Kláston S. Miranda
Setor Trabalhista



§3º - A pena de perda de mandato de qualquer integrante de um dos órgãos componentes da estrutura do MINASPETRO poderá ser cumulada com as demais penalidades elencadas no art. 5º deste Estatuto.

CAPÍTULO VI:

DAS SUBSTITUIÇÕES:

Art. 40 - No caso de afastamento temporário, assumirá o cargo, automaticamente, o substituto previsto neste estatuto.

Art. 41 - No caso de afastamento definitivo, observar-se-á o seguinte:

I - O Presidente, em sessão da Diretoria Executiva, declarará vago o cargo;

II - A Diretoria Executiva suspenderá seus trabalhos para dar posse ao primeiro diretor suplente.

III - Empossado o suplente, o Presidente determinará o prosseguimento dos trabalhos previstos para a sessão.


§ único - O diretor suplente será empossado no nível de menor hierarquia relativamente ao cargo pertencente à classe em que tenha ocorrido a vaga.

Art. 42 - A regra do artigo antecedente será aplicável, também, no caso de chapa registrada e ainda não eleita.

Art. 43 - Se ocorrer renúncia coletiva da Diretoria, o Presidente, ainda que resignatário, convocará a Assembleia Geral, que elegerá, imediatamente, uma Junta Governativa provisória.

§1º - A Junta Governativa é considerada empossada na data de sua eleição.

§2º - A Junta Governativa adotará as medidas propícias necessárias à realização de novas eleições para provimento dos cargos da Diretoria, Conselho de Compliance e


Kariston S. Miranda
Setor Trabalhista



do Conselho Fiscal, na conformidade do presente Estatuto, e no prazo máximo de 90 (noventa) dias, contados da sua posse.

CAPÍTULO VII

DA RECEITA DO SINDICATO

Art. 44 - O Sindicato é integrante do Sistema Confederativo da representação sindical do Comércio a que se refere o artigo 8º, inciso IV, da Constituição Federal, e sua receita constitui-se de:

I - Contribuição confederativa - instituída pelo artigo supra mencionado, que será cobrada pelo Sindicato, pelas Federações ou pela Confederação Nacional do Comércio – CNC: **a)** Do Sindicato, pela respectiva Assembleia Geral; e **b)** Das Federações e da CNC, pelos respectivos conselhos de representantes.

II – Contribuição Assistencial – a que se refere o art. 513 da CLT, que será instituída pelos sindicatos, federações ou pela CNC, no âmbito das negociações coletivas, nos valores e critérios estabelecidos pelas respectivas “AGE” e/ou Conselho de Representantes da Federação e da CNC.

III - Contribuição mensal sindical - que será cobrada somente dos associados filiados ao Sindicato, e outras que se façam necessárias;

IV - doações, legados e subvenções;

V - rendas produzidas por bens e valores adquiridos;

VI - auxílios e subvenções de pessoas jurídicas públicas ou privadas;

VII - aluguéis de imóveis e juros de títulos ou documentos;

VIII – congressos, palestras, site, treinamentos, revista, aplicativos (*app*), eventos para arrecadas fundos para ações sociais e preservação do meio ambiente;

IX - multas e outras rendas eventuais;

X – outras atividades lícitas que possam vir a ser desenvolvidas pelo Sindicato, de interesse da(s) categoria(s) que representa, com aprovação prévia da Diretoria Executiva, após parecer da Diretoria de Compliance.

§ único - Na partilha da receita prevista no inciso I deste artigo, Contribuição Confederativa, serão destinados cinco por cento à CNC – Confederação Nacional do Comércio, e o restante será acordado entre o Sindicato e a Federação, garantido para o primeiro um percentual mínimo de setenta e cinco por cento e para o último

Waiston S. Miranda
Setor Trabalhista



um percentual mínimo de quinze por cento.

Art. 45 - Nenhuma contribuição poderá ser imposta aos associados além das determinadas em lei e neste Estatuto.

Art. 46 - Os bens do Sindicato cujo valor exceda a cinquenta vezes o salário mínimo vigente no país, somente poderão ser alienados mediante permissão expressa da Assembleia Geral, precedida de parecer do Conselho Fiscal, com observância das normas legais e estatutárias aplicáveis à espécie. Abaixo desse valor, a venda poderá ser aprovada pela Diretoria Executiva, desde que haja parecer favorável do Conselho Fiscal.

§ único: Sendo desfavorável o parecer do Conselho Fiscal, a venda deverá ser aprovada pela Assembleia Geral.

Art. 47 - No caso de dissolução do Sindicato, deliberada por Assembleia Geral convocada especialmente para este fim, com a presença mínima de três quartos dos Associados com direito a voto, o patrimônio do MINASPETRO será destinado para pessoa jurídica que tem como atividade fim a responsabilidade social e/ou preservação do meio ambiente, indicado pela maioria dos presentes.

CAPÍTULO VIII

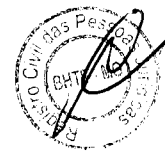
DAS ELEIÇÕES SINDICAIS

Art. 48 - As eleições para a Diretoria Executiva e Conselho Fiscal serão realizadas entre 30 (trinta) e 15 (quinze) dias anteriores ao término do mandato da Diretoria Executiva em exercício, sempre no mês de Março e nos termos deste Estatuto.

Art. 49 - As eleições serão convocadas pelo Presidente do Sindicato, observado o seguinte procedimento:

I - Será publicado o edital convocatório da Assembleia Geral Ordinária no Diário Oficial do Estado e em Jornal de grande circulação no Estado da base geográfica de atuação do MINASPETRO.


Kriston S. Miranda
Setor Trabalhista



II - O edital de que trata o inciso anterior conterá, obrigatoriamente:

- a)** a data e horário em que deva realizar-se a eleição;
- b)** os locais de funcionamento das mesas receptoras e apuradoras de votos;
- c)** o prazo, e respectivo horário, para registro de chapas;
- d)** o local em que se deva proceder ao registro;
- e)** o prazo para impugnações de candidaturas, assim como o Órgão competente para o julgamento;
- f)** o “quórum” para votações.

III - a publicação do edital precederá a realização da Assembleia Geral em no mínimo 120 (cento e vinte) dias.

IV - O prazo para inscrição das chapas será de, no mínimo, 30 (trinta) dias, salvo se outro maior for previsto em lei.

§ único: As impugnações serão processadas e julgadas segundo o procedimento disciplinar aplicável ao processo e julgamento de atos ou fatos apenáveis com a eliminação do quadro social, observado o seguinte procedimento:

I - Os prazos processuais serão reduzidos à quarta parte, arredondadas as frações para o número inteiro imediatamente superior;

II - As intimações processuais serão feitas por carta com “ARC – Aviso de Recebimento e Conteúdo”, pelos Correios;

III - Considerar-se-á o interessado intimado na data do efetivo recebimento da correspondência, e não, da juntada do comprovante do “ARC” ao processo administrativo de Impugnação.

Art. 50 - São condições para o exercício do direito de voto:

I - Ser o Associado enquadrado na categoria com direito a voto e ter mais de 6 (seis) meses de inscrição no quadro social e mais de 2 (dois) anos no exercício da atividade


Klaiton S. Miranda
Secretário Trabalhista



ou profissão abrangida pela atuação deste Sindicato;

II - Estar no gozo dos direitos sindicais, principalmente em dia com as obrigações financeiras com o Sindicato;

III – Estar em dia com as obrigações instituídas pelo Programa de Compliance do Minaspetro.

§1º - É obrigatório aos associados o voto nas eleições.

§2º - São condições de elegibilidade:

a - Estar no gozo dos direitos políticos e ser um Associado enquadrado na categoria que pode ser votado;

b - O cumprimento do disposto nos incisos I e II do caput deste artigo;

c - Ter idade superior a 21 (vinte um) anos;

d - Não estar cumprindo penalidade disciplinar;

e - Não ter sido condenado à pena de exclusão do quadro social;

f - Não ter sido condenado por crime a que a lei comine pena de reclusão, por sentença transitada em julgado;

g – Não ter sido condenado por infração à ordem econômica (Lei 12.529/11) ou por prática ilícita prevista na Lei Anticorrupção (Lei 12.846/13);

e – Estar em dia com as obrigações instituídas pelo Programa de Compliance do Minaspetro, e que tenha processo que venha a ferir as regras de *Compliance*.

Art. 51 - O direito de voto será exercido pessoalmente ou por correspondência, observadas as seguintes normas:

I - O eleitor assinará a lista de presença, recebendo, em seguida, a cédula única, devidamente rubricada pelo Presidente, pelos Mesários e por um representante de cada chapa inscrita;

II - O eleitor, na cabine indevassável, assinalará a cédula indicando a chapa de sua

Kelson S. Miranda
Setor Trabalhista



preferência;

III - Colocará o voto na urna e assinará a lista de votação.

§ único - Para o exercício do voto por correspondência, o eleitor, que não resida no Município da sede da Entidade, receberá do Sindicato o material necessário, que constará do seguinte:

I - Cédula única, devidamente rubricada pelo Presidente, pelos Mesários integrantes da mesa receptora de votos e por um representante de cada chapa inscrita;

II - Envelope amarelo, no qual será encerrada a cédula única, pelo eleitor, depois de assinada a chapa de sua escolha;

III - Envelope branco, devidamente subscrito e selado, no qual serão encerrados a ficha de identificação do eleitor e o envelope amarelo, para posterior envio à mesa receptora de votos;

IV - Envelope pardo, no qual serão remetidos ao eleitor os envelopes descritos nos incisos II e III;

V - O material acima descrito será enviado ao associado participante da categoria com direito a voto, exclusivamente, pelos Correios e mediante Aviso de Recebimento e Conteúdo - ARC, podendo a postagem ser acompanhada por um representante de cada chapa inscrita.

Art. 52 - As mesas receptoras e apuradoras serão constituídas por 1 (um) presidente e 2 (dois) mesários designados pelo Presidente do Sindicato até 30 (trinta) dias antes da data do pleito, observado o seguinte:

I - Serão escolhidos dentre os associados em pleno gozo de seus direitos sociais;

II - A escolha não poderá recair sobre o cônjuge, amigo íntimo, devedor, credor, sócio ou parente até o segundo grau civil de integrante de qualquer das chapas inscritas no pleito;

III - Cada chapa poderá requerer à Diretoria Executiva o credenciamento de um fiscal para funcionar junto a cada uma das mesas receptoras ou apuradoras;

Kláston S. Miranda
Setor Trabalhista



IV - O requerimento de que trata o inciso anterior será endereçado ao Presidente do Sindicato, pelo cabeça de chapa e por escrito, até 15 (quinze) dias antes da data marcada para a realização do pleito;

§1º - As mesas receptoras de votos serão instaladas nos locais, data e horário previstos no edital de convocação, observando o seguinte procedimento em seus trabalhos:

a - Será lavrada ata de abertura e encerramento dos trabalhos diariamente, onde deverá ser consignado o número de votos recebidos e demais ocorrências;

b - Será lavrada ata final do encerramento dos trabalhos, que será juntada à urna, contendo os votos recebidos, devidamente lacrada;

c - As atas diárias de abertura, encerramento e demais documentos, serão entregues imediatamente ao presidente da mesa apuradora, contra recibo.

§2º - As impugnações à recepção dos votos serão realizadas pelos fiscais das respectivas chapas, observando-se:

a - A impugnação será endereçada ao Presidente do Sindicato, e interposta antes do encerramento dos trabalhos do dia;

b - A impugnação será entregue, contra recibo, ao presidente da mesa receptora.

Art. 53 - Os trabalhos da mesa apuradora terão início tão logo sejam entregues ao seu presidente as urnas e demais documentos, pelos presidentes das mesas receptoras de votos.

§1º - Somente participarão dos trabalhos da mesa apuradora os seus integrantes e um fiscal de cada chapa.

§2º - Quaisquer impugnações ou protestos durante os trabalhos de apuração só poderão ser apresentados, por escrito, pelos fiscais credenciados, observado o disposto no § 2º do artigo anterior.

§3º - Os membros da Diretoria Executiva, se o desejarem, poderão observar os trabalhos de apuração, sem, entretanto, neles interferir.

Kriston S. Miranda
Setor Trabalhista



Art. 54 - Não será permitida a votação por procuração em nenhuma hipótese prevista neste Estatuto.

Art. 55 - Todo o procedimento das eleições será acompanhado pelo Diretor de Compliance e a equipe do Programa de *Compliance* do Minaspetro.

CAPÍTULO IX

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 56 - A Diretoria Executiva, ouvido o Conselho Administrativo Consultivo e a Diretoria de Compliance, poderá “ad referendum” da Assembleia Geral, criar outros órgãos voltados ao cumprimento dos objetivos sociais do Sindicato.

Art. 57 - Os presidentes ou administradores dos órgãos de que trata o artigo anterior serão indicados pelo Presidente do Sindicato.

Art. 58 - O presente Estatuto somente poderá ser reformado pela Assembleia Geral da entidade, especialmente convocada para esse fim e observado o disposto no capítulo IV, Seção I deste instrumento.

Art. 59 - O presente Estatuto entra em vigor na data de sua publicação.

O presente estatuto é reformado e aprovado nas condições alhures pela Assembleia Geral Extraordinária do MINASPETRO, realizada no dia 12 do mês de Abril do ano de 2019, conforme consignado na respectiva ata.

Belo Horizonte, 12 de Abril de 2019.


Carlos Eduardo Mendes Guimarães Junior

**Presidente – Sindicato do Comércio Varejista de Derivados de Petróleo no Estado
de Minas Gerais - Minaspetro**


Klayton S. Miranda
Setor Trabalho - 183m

RCPJBHAv. Afonso Pena, 732 - 2º Andar - Belo Horizonte / MG - Telefax: (31) 3224-3878
www.rcpbh.com.br - sac@rcpbh.com.br**SINDICATO DO COMÉRCIO VAREJISTA DE DERIVADOS DE PET
RÓLEO NO ESTADO DE MINAS GERAIS - MINASPETRO****AVERBADO(A)** sob o nº 213, no registro 77082, no Livro A,
em 12/07/2019

Belo Horizonte, 12/07/2019

Emol: (6418-9) R\$ 100,42 TFJ: R\$ 26,19 Rec: R\$ 6,03 - Total: R\$ 142,64

Emol: (8101-8) R\$ 179,40 TFJ: R\$ 59,70 Rec: R\$ 10,80 - Total: R\$ 249,90

Escritores: () José Nadi Néri - Oficial () Ana Paula Néri Silveira - Escrevente Substituta
() Eidy Wesley Rodrigues Mendes () Anibal Skackauskas Dias Da Silva () Eden Silva Pinto De Carvalho**RCPJBH**Av. Afonso Pena, 732 - 2º Andar - Belo Horizonte / MG - Telefax: (31) 3224-3878
www.rcpbh.com.br - sac@rcpbh.com.br**SINDICATO DO COMÉRCIO VAREJISTA DE DERIVADOS DE PET
RÓLEO NO ESTADO DE MINAS GERAIS - MINASPETRO****AVERBAÇÃO** nº 213, no registro 77182, no Livro A, Examinada,
Conferida e qualificada.

Belo Horizonte, 12/07/2019

Emol: (6601-9) R\$ 16,47 TFJ: R\$ 5,05 Rec: R\$ 0,99 - Total: R\$ 22,51

Escritores: () José Nadi Néri - Oficial () Ana Paula Néri Silveira - Escrevente Substituta
() Eidy Wesley Rodrigues Mendes () Anibal Skackauskas Dias Da Silva () Eden Silva Pinto De Carvalho**PODER JUDICIÁRIO - TJMG**
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA
Registro Civil das Pessoas Jurídicas de Belo Horizonte - MG

Selo Eletrônico Nº CWX67915

Cód. Seg. 9425.4894.6667.1445

Quantidade de Atos Praticados: 00031

Emol: R\$ 296,65 TFJ: R\$ 95,89 Total: R\$ 392,54

Consulte a validade deste Selo no site: <https://selo.tjmg.jus.br>**PODER JUDICIÁRIO - TJMG**
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA
Registro Civil das Pessoas Jurídicas de Belo Horizonte - MG

Selo Eletrônico Nº CWX67946

Cód. Seg. 9936.6529.0974.2475

Quantidade de Atos Praticados: 00001

Emol: R\$ 17,46 TFJ: R\$ 5,05 Total: R\$ 22,51

Consulte a validade deste Selo no site: <https://selo.tjmg.jus.br>